Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: julho de 2009.

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Modelo de Desenvolvimento Atual não Pode dar certo – Cristina Amorim - Estado de São Paulo – Vida & - 01/07/2009 7

BNDES vai exigir rastreabilidade dos frigoríficos – Mariana Barbosa - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/07/2009 9

Setor virou o vilão da Amazônia – Mariana Barbosa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/07/2009 10

Energia nuclear é inevitável para salvar clima, diz Nobel – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 01/07/2009 10

Kátia Abreu: lei de SC é modelo para Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 02/07/2009 12

Procuradoria pede indenização de pecuaristas por desmatamento – João Carlos Magalhães – Folha de Sào Paulo – Brasil – 02/06/2009 13

Bancos abrem mais espaço para linhas com créditos de carbono – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/07/2009 14

Perdas pela legislação ambiental superam os R$ 70 bilhões – Sítio eletrônico da CNA – 03/07/2009 15

Rastreamento encarecerá a carne, diz CNA – Sítio Eletrônico da CNA – 03/07/2009 16

MUNDO FALHARÁ EM META DE PRESERVAÇÃO – Folha de São Paulo – Ciência – 03/07/2009 17

Palácio Cabanagem assiste à revolta dos pecuaristas do Pará – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 03/07/2009 17

Desmate anual na Amazônia tem queda de 74%, diz Imazon – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 04/07/2009 19

Desmatamento na Amazônia tem redução de 47% - Sítio Eletrônico da CNA – 05/07/2009 20

Pecuaristas transferem gado para driblar Ministério Público – Estado de São Paulo – Nacional – 05/07/2009 21

Um acordo sobre as mudanças climáticas – Ed Miliband – Folha de São Paulo – Opinião – 05/07/2009 23

Brasil descumpre meta para ambiente – Afra Balazina e Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 06/07/2009 25

"Mundo inteiro" falhou, afirma ministério – Folha de São Paulo – Ciência – 06/07/2009 26

Emergentes se unem contra "taxa de carbono" – Valor econômico – Internacional – 06/07/2009 27

G8 antecipa debate para tratado do clima – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Ciência – 07/07/2009 28

"MENOS 50% DE EMISSÕES DE GASES-ESTUFA EM 2050" – Folha de São PAulo – Ciência – 07/07/2009 29

Cientistas propõem novo acordo de emissões para isentar pobres – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 07/07/2009 29

Setor da carne troca acusações sobre desmate – Matheus Pichonelli, Rodrigo Vargas e João Carlos Magalhães - Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/07/2009 31

Em busca da paz e da salvação da Amazônia - Lúcia Jardim – O Globo – O País – 08/07/2009 31

Em busca da paz e da salvação da Amazônia – Lucia Jardim – O Globo – O País – 08/07/2009 32

Plano do G8 para o clima emperra – Clóvis Rossi - Folha de São Paulo – Ciência – 09/07/2009 35

Pecuária do Pará assina acordo de conduta – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/07/2009 36

Fracasso climático - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 09/07/2009 37

Maiores Economias concordam com meta de 2C de aquecimento – Denise Chrispim Marin - estado de São Paulo – vida & - 10/07/2009 38

Disputa pela hegemonia tecnológica dificulta debate – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 10/07/2009 41

Cúpula promete corte para limitar aquecimento a 2°C – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – 10/07/2009 42

O nó do clima – O Globo – Ciência – 10/07/2009 44

Estrada abre crise entre Meio Ambiente e Transportes - Jailton de Carvalho e Soraya Aggege – O Globo – O País – 11/07/2009 45

Atraso no clima – Folha de São Paulo – Opinião – 12/07/2009 47

Madeira ilegal: MP investiga 113 empresas – O Globo – Capa – 12/07/2009 48

Esquentando a floresta - Liana Melo – O Globo – Economia – 12/07/2009 48

Apenas no Pará, apreensões este ano já dão para encher 525 caminhões - Liana Melo – O Globo – Economia – 12/07/2009 50

As diversas farras na Amazônia – Rodrigo C. A. Lima – Valor Econômico – Opinião – 14/07/2009 51

Os riscos de lei ambiental ganhar uso protecionista – Valor Econômico – Opinião – Editorial – 14/07/2009 53

Pecuária tem mais peso no desmatamento – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida &– 18/07/2009 55

Lula já prepara anistia aos desmatadores – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 18/07/2009 56

Cientista contraria ministro – Folha de São Paulo – Ciência – 18/07/2009 58

Governo estuda isentar frigoríficos e cobrar tributos nos supermercados – Eliane Oliveira – O Globo – O País – 18/07/2009 58

Sem plano de manejo, BR-319 não será asfaltada, declara Minc – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 17/07/2009 59

Cientistas se enfrentam sobre o clima – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 17/07/2009 60

Lula vai criar secretaria para crédito de carbono – Folha de São Paulo – Ciência – 22/07/2009 61

Mercado será definido por novo tratado – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 22/07/2009 62

Ministério muda Código Florestal sem o Congresso – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 23/07/2009 63

Banco criará fundo para administrar florestas – Valor Econômico – Agronegócios – 23/07/2009 64

Territórios: Plano de Execução 2009 está disponível – Sítio Eletrônico do MDA - 24/07/2009 65

Defasado, relatório aponta aumento de emissão no país – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 25/07/2009 65

Nova metodologia permitirá atualização anual, diz cientista – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 25/07/2009 66

Discurso surrado – O Globo – Opinião – 25/07/2009 67

Pagando a conta dos ricos - Eliane Oliveira e Patrícia Duarte – O Globo – Economia – 26/07/2009 68

Preservar começa a dar retorno ao produtor – Sítio Eletrônico da CNA – 29/07/2009 70

Meio Ambiente propõe ampliar discussão sobre Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 30/07/2009 72

Le Monde: Ecologistas e agricultores se enfrentam pelo desmatamento da Amazônia – Sítio Eletrônico CNA – 31/07/2009 73

Com ajuda da crise, desmate cai 75% em junho, diz Imazon – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 31/07/2009 75

LULA PROPÕE QUE UNASUL DEBATA CLIMA – Folha de São Paulo – Ciência – 31/07/2009 75

Governo vai licitar áreas de florestas da Amazônia – Catarina Alencastro - O Globo – O País – 31/07/2009 76

Desmatamento na Amazônia ainda é intolerável, diz ministro – Sítio Eletrônico do MMA – 31/07/2009 77

Governo libera áreas em florestas públicas para exploração privada – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 31/07/2009 78

Amazônia pede a Lula nova política para floresta – Herton Escobar - Estado de São Paulo – Vida & - 01/07/2009

Governadores querem crédito de carbono para a conservação

Os governadores da região amazônica entraram oficialmente na briga pela aprovação do "desmatamento evitado" como mecanismo de combate ao aquecimento global. Em carta endereçada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os líderes dos nove Estados da Amazônia Legal pedem uma "revisão urgente" da posição brasileira com relação ao REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) nas negociações do acordo climático que substituirá o Protocolo de Kyoto.

"Existe uma crescente convergência internacional para a inclusão das florestas no mercado de carbono regulado por Kyoto", diz a carta, assinada na sexta-feira em Palmas (TO), durante o 5º Fórum de Governadores da Amazônia Legal. "Para surpresa de todos, dentro e fora do País, o governo do Brasil vem fazendo oposição à inclusão das florestas neste promissor mercado. Esta posição deve ser revista com urgência."

Pelas regras atuais do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto, somente projetos de florestamento e reflorestamento são válidos para obtenção de créditos de carbono - que os países desenvolvidos podem comprar dos países em desenvolvimento para compensar suas emissões. A base científica para isso é que as plantas absorvem carbono da atmosfera ao crescer.

O modelo REDD, se adotado, criaria a opção de uma compensação adicional, pelo desmatamento evitado - ou seja, pelo carbono que deixou de ser emitido graças à preservação da floresta. A base científica para isso é que a vegetação, ao ser queimada, libera carbono para atmosfera. A base política é que, sem um incentivo econômico, o Brasil - e outros países em desenvolvimento - dificilmente conseguirão manter suas florestas em pé.

"Não há mais argumentos técnicos que justifiquem a exclusão do REDD", disse ao Estado Virgílio Viana, diretor da Fundação Amazônia Sustentável (FAS), no Estado do Amazonas, que apoiou a formulação da carta.

Os governadores pedem a criação de uma "força-tarefa" de especialistas para formular, em 30 dias, um pacote de recomendações sobre o "posicionamento a ser adotado pelo governo do Brasil em Copenhague" - cidade na qual serão decididas, em dezembro, as regras do novo acordo climático pós-Kyoto.

Uma crítica frequente ao REDD é de que as pessoas seriam pagas para obedecer à lei, ou

seja, para não desmatar. Segundo o secretário-chefe da Casa Militar de Mato Grosso, Alexander Maia, porém, os créditos de carbono valeriam só para os 20% de uma propriedade que podem ser desmatados legalmente na Amazônia.

"Quem já desmatou pode receber créditos (pelo reflorestamento), mas quem preserva a floresta nativa não pode. Por quê?", pergunta a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa. "Temos de valorizar quem evita o desmatamento; não é só uma questão de cumprir a lei."

Para a especialista Thelma Krug, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), uma das representantes brasileiras nas negociações internacionais sobre clima, "há muita desinformação sobre o tema".

Segundo ela, o Brasil defende, sim, a adoção do REDD - só que na forma de um mecanismo complementar de apoio à conservação, não como uma forma de compensar as emissões dos países desenvolvidos. "Pode até ser uma mecanismo de mercado, mas que não seja compensatório", afirmou.

Procurado pelo Estado, o Itamaraty não se pronunciou sobre o assunto.

Modelo de Desenvolvimento Atual não Pode dar certo – Cristina Amorim - Estado de São Paulo – Vida & - 01/07/2009

Aplicar no Brasil um modelo de desenvolvimento baseado no esgotamento de recursos naturais é mesquinho e inviável a longo prazo, afirma o sociólogo francês Alfredo Pena-Vega. Segundo ele, é preciso quebrar a visão simplista que permeia a política e a economia para buscar as soluções para a crise atual.
“Os países do Sul têm a oportunidade de repensar nosso destino.” Pena-Vega participou, na semana passada, de um seminário na Universidade Federal do Tocantins, que fez parte do Ano da França no Brasil. Ele é pesquisador da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris, e colabora com o filósofo francês Edgar Morin há 20 anos. Entrevista realizada por Cristina Amorim, no **O Estado de S.Paulo**.
- Em seu livro O despertar ecológico, o sr. fala que há um confronto entre as ciências humanas e as da vida. Ele persiste?
Esse livro foi feito nos anos 90. Daquela época para cá, as ciências ambientais passaram a não só observar os fenômenos naturais, mas também a incorporar as ciências humanas. Porém, não há uma ruptura pragmática das ciências sociais para considerar que o homem está no centro, e não na periferia, dos problemas que enfrentamos. Existe ainda o que eu

chamo de interdisciplinaridade convencional: cada disciplina identifica o objetivo da pesquisa, mas cada um trata o problema só sob sua lógica.

- Essa divisão permeia a política, por exemplo?

Temos um pensamento parcelar, que se estende a todas as esferas da vida e, evidentemente, à esfera política. A dificuldade é essa, fazer com que as coisas interajam. Quando se fala hoje da questão econômica, por exemplo, é uma visão simplista, porque se fosse uma crise econômica sistêmica ela já teria integrado o problema social, o ecológico, o ético.

- É por causa dessa segmentação que decisões políticas ambientais estão distantes da recomendação científica e social?

Sabemos perfeitamente que o modelo atual de desenvolvimento tecnológico, econômico e social não pode mais dar certo por causa da situação planetária. Todos os diagnósticos que são feitos mostram o problema. E aí há uma cegueira dos políticos de continuar a imaginar que o modelo é viável. Esse modelo é inviável.

- Se é inviável, o que fazer?

Temos de pensar além dele, achar várias alternativas e não uma só. Temos de pensar que há uma crise generalizada – de conhecimento, de ensino, social, política, ecológica – e identificar as dificuldades de se chegar a essas vias. Existe consciência ecológica em diferentes locais da sociedade. A solução não deve ser elaborada só por intelectuais, mas incorporar a sociedade civil.

- É possível abandonar o modelo de desenvolvimento de esgotamento dos recursos, que o sr. diz inviável, porém tão replicado?

Para quebrar esse ciclo, é importante alertar a sociedade e principalmente os políticos de que estamos falando de uma situação real, não uma especulação. Ninguém do grupo que faço parte tem uma visão catastrófica da situação, porém todo mundo aponta que não é possível continuar nessa via. Quem decide é quem está no poder, que está por vontade democrática. Então temos de sensibilizar a opinião pública.

- Os eleitores mantêm no poder políticos que insistem no mesmo modelo de desenvolvimento. É o caso da Amazônia, onde se repetem erros cometidos em outros países e no Sul do Brasil.

Como cidadão do mundo, acho que o Brasil tem todo o direito à soberania na Amazônia, mas ele não tem o direito de fazer o que quiser. A Amazônia é parte do território brasileiro, mas é parte do patrimônio da humanidade. Não é o caso de dizer "nós temos o direito de destruir porque nós somos soberanos". Essa é uma lógica – e me desculpe falar assim – muito mesquinha, de curto prazo, porque coloca em perigo a existência da humanidade. As decisões tomadas pelos políticos hoje colocam em jogo as gerações futuras.

- Mas o Brasil tem direito de se desenvolver como os países ricos.

Não é porque os países do Hemisfério Norte são responsáveis pelo o que está acontecendo hoje que os países do Sul têm de ter a mesma atitude. Os países do Sul têm a oportunidade de repensar nosso destino. Aqui há muitas qualidades que o Norte não tem, muitas experiências que são interessantes. É possível ter uma saída para o problema e ela tem de ser por meio de um pensamento do Sul.

BNDES vai exigir rastreabilidade dos frigoríficos – Mariana Barbosa - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/07/2009

Como resposta às denúncias de que a pecuária é a principal responsável pelo desmatamento na Amazônia, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os grandes frigoríficos se preparam para anunciar, na semana que vem, um compromisso ambiental que prevê uma série de exigências para a concessão de empréstimos por parte do banco. Dentre as exigências, segundo fontes, está a implementação de um programa de rastreabilidade que permita dizer se a carne que chega aos supermercados tem origem em fazendas que contribuem para o desmatamento do bioma amazônico. Detalhes do compromisso foram acertados em reunião realizada na última sexta-feira em São Paulo, com representantes dos frigoríficos e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

A rastreabilidade é tida como a única forma de garantir com segurança que o gado não está avançando em áreas de desmatamento. Entretanto, os desafios para se colocar um ?brinco? na orelha do boi são muitos. O principal é o notório alto índice de sonegação no setor. ?A sonegação é muito forte e, se você coloca o brinco no boi, você tem de declarar o animal?, diz um executivo do setor com passagem pelo governo. Estima-se que 35% do abate realizado no País seja informal. ?Se não houver um grande incentivo, não vai funcionar.?

Além da informalidade, há a questão do custo. Quando o chamado Sisbov, sistema de rastreamento bovino do Ministério da Agricultura, foi implantado, em 2002, havia uma expectativa de que os frigoríficos pagariam mais pelo boi rastreado, o que não aconteceu. ?Os frigoríficos passaram a pagar o mesmo preço pelo boi rastreado e deram um deságio no preço do boi não rastreado?, conta um fazendeiro que não quis se identificar.

Criado em 2002 para atender às exigências fitossanitárias da União Europeia, o Sisbov tinha como meta rastrear 100% do gado nacional até 2007. Em 2007, apenas 10 mil fazendas de gado, de um universo de mais de um milhão, estavam cadastradas. E, mesmo assim, após uma vistoria da União Europeia no início de 2008, apenas 80 das 10 mil fazendas foram aprovadas. Mas o número de fazendas que fazem rastreamento e estão habilitadas a exportar para a UE tem crescido, e hoje chega a 1,1 mil.

Setor virou o vilão da Amazônia – Mariana Barbosa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/07/2009

As denúncias atingiram também o **bndes**, que é acionista de grandes frigoríficos, como Bertin, Marfrig, JBS Friboi e Independência.

Uma semana depois da denúncia, as grandes redes de supermercados se comprometeram a não mais comprar carne proveniente de fazendas irregulares com o Ibama ou o Ministério do Trabalho. Apesar do compromisso, o presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Sussumu Honda, admite as dificuldades para garantir a origem da carne sem um abrangente sistema de rastreabilidade. "O compromisso é um primeiro passo, mas não há dúvidas de que temos de caminhar para isso (rastreabilidade)", diz.

O presidente do Greenpeace, Marcelo Furtado, lamenta que a reação do setor tenha sido a de desqualificar a denúncia. "Quando fizemos a mesma denúncia para a cadeia da soja, houve uma reação inicial de negação, mas logo nos sentamos para conversar com o setor privado e conseguimos assinar a moratória da soja. Com a pecuária, não há diálogo."

Para o presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Carne (Abiec), Roberto Gianetti da Fonseca, os ambientalistas focam suas denúncias nas grandes indústrias, pois "é isso que dá repercussão". "A Abiec representa 30% do setor e trabalha com os mais rigorosos padrões internacionais", diz. "Há ainda 30% que abastecem o mercado interno e sofrem fiscalização do Ministério da Agricultura. O resto é abate clandestino. São frigoríficos menores e desconhecidos, mas que jogam restos como tripa nos rios e põem em risco a saúde de milhões de brasileiros na Amazônia. Curiosamente,não há uma linha nas denúncias sobre isso."

Energia nuclear é inevitável para salvar clima, diz Nobel – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 01/07/2009

Sete laureados reunidos na Alemanha pedem ação imediata contra gases-estufa

"Não deveríamos jogar roleta com o planeta", diz Mario Molina, que elucidou papel de gás industrial no buraco da camada de ozônio

Há poucos lugares no mundo, além de Estocolmo, onde se podem juntar numa mesa sete prêmios Nobel de Química.
Aconteceu ontem de manhã numa cidadezinha do sul da Alemanha, durante a 59ª Reunião

de Prêmios Nobel em Lindau, diante de seis centenas de jovens pesquisadores. Talvez ainda mais raro, todos concordaram: a mudança do clima é criada pelo homem e por ele tem de ser resolvida.

Com urgência. E a maioria acha que talvez não dê para abrir mão da energia nuclear. Se Nobel é sinônimo de craque em ciência, esse grupo deveria bastar para convencer de que o aquecimento global não é invenção de ambientalistas: Gerhard Ertl, alemão (2007); Robert Grubbs, americano (2005); Walter Kohn, austríaco (1988); Harold Kroto, britânico (1996); Rudolph Marcus, canadense (1992); Mario Molina, mexicano (1995); e Sherwood Rowland, americano (1995).

Molina, talvez a maior estrela entre os 23 Nobel presentes em Lindau, relacionou o que o planeta está vivenciando: decréscimo de 7% ao ano na extensão das geleiras, duplicação das regiões áridas, aumento estatisticamente significativo de enchentes, incêndios florestais e secas, de 1950 para cá.

"Não deveríamos jogar roleta com o planeta", disse Molina, também conselheiro científico da Presidência dos EUA. "São as atividades humanas que estão mudando o clima, esse é o consenso científico."

O mexicano, da Universidade da Califórnia em San Diego, afirmou que o ritmo, a amplitude e o padrão do aquecimento da atmosfera já observados não se encaixam em nenhum precedente conhecido de alteração do clima em muitos milênios.

Ele deve saber do que está falando. Molina e Rowland dividiram o Nobel de Química de 1995 com o holandês Paul Crutzen por seu trabalho sobre a destruição da camada de ozônio. Foram pesquisas como essas que levaram ao bem sucedido Protocolo de Montreal (1987), banindo os gases CFCs.

Os efeitos de Montreal podem ser sentidos agora. O buraco no ozônio sobre a Antártida e a Patagônia, na primavera, vem diminuindo de tamanho.

Apesar de muito mais grave, a mudança climática global só contou até agora com o modesto e fracassado Protocolo de Kyoto (1997). A expectativa se volta agora para a conferência de Copenhague, em dezembro, que deveria finalizar um tratado sucessor para Kyoto, para vigorar depois de 2012.

A atmosfera demora a reagir.

Gases produzidos hoje podem ficar dezenas ou centenas de anos em ação. É o que ocorre com o principal gás do efeito estufa, o dióxido de carbono (CO_2). Para estabilizar sua concentração daqui a cem anos, é preciso cortar emissões pela metade nas próximas décadas.

Da plateia veio a pergunta que não queria calar, sobretudo quando por haver nela 45 pesquisadores indianos e 27 chineses: é inevitável diminuir o crescimento da população ou do nível de vida no planeta para conter a mudança climática?

Mais uma vez foi Molina quem falou pela maioria: "Inevitável, não". Para ele, a humanidade já dispõe das tecnologias para enfrentar o problema.

"Só é um desafio gigantesco."

Na primeira rodada da mesa, cada um havia listado contribuições que a química poderia dar para ajudar a atacar o desafio. Muitas: baterias mais eficientes, novos materiais para abaixar

o custo e melhorar o desempenho de painéis fotovoltaicos e de turbinas de vento, processos para retirar CO2 da atmosfera e armazená-lo.
Resvalando da química para a física, a energia nuclear também foi lembrada. A fusão de átomos para obter energia, que três décadas atrás era encarada como a grande solução, permanece ainda como promessa -para daqui a 50 ou cem anos.
Já a fissão (quebrar núcleos atômicos), base das atuais usinas nucleares, tem um papel mais ou menos garantido, reconheceram quase todos, meio a contragosto. No mínimo é preciso intensificar a pesquisa para avançar a nova geração de reatores, mais seguros.
A voz discordante veio de Walter Kohn: "Sou velho o bastante para ter testemunhado as bombas atômicas no Japão e jovem o bastante para ler jornais e saber do que está acontecendo na Coreia do Norte e no Irã". Disse que, para satisfazer as necessidades crescentes de energia, centenas de reatores teriam de ser construídos, trazendo o risco de proliferação.
"Será uma pressão enorme", concordou Harold Kroto, mas com um eufemismo: "A probabilidade de comportamentos repreensíveis aumentará dramaticamente. Temos de pensar nisso com cuidado".

Kátia Abreu: lei de SC é modelo para Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 02/07/2009

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), elogiou hoje a legislação ambiental de Santa Catarina e considerou que o texto estadual serve de modelo para a definição de uma proposta nacional de mudanças no Código Florestal. A senadora disse que a CNA estimula as ações estaduais para legislar de forma "concorrente" com a regulamentação nacional.

"A União legisla normas gerais e os Estados, normas peculiares", apontou, ao defender que a definição da cobertura vegetal das propriedades fique a cargo da legislação estadual. "Vamos definir rio por rio", propôs a senadora, numa referência aos critérios que irão fixar a preservação das matas ciliares das propriedades. Ela disse que os produtores aceitam recompor "integralmente" as matas ciliares, mas o que for "necessário", de forma orientada por pesquisadores.

Na semana passada, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse em Porto Alegre que o governo federal irá discutir mudanças no Código Florestal levando em conta os "biomas" brasileiros. Ele defendeu que os Estados têm direito a legislar de forma complementar, mas somente para cobrir eventuais vácuos ou aumentar o rigor do dispositivo federal, e não "para dizer o contrário", criticando a lei catarinense.

Ao abordar a expansão da área agrícola ao longo das últimas décadas no País, a senadora disse que "não existem inocentes e culpados nessa história". Em sua visão, existem "exceções negativas, mas temos que raciocinar pela maioria de boa-fé". Ela citou, como exemplo, que o desenvolvimento do Cerrado ocorreu entre 1974 e 1985, com financiamento público para a ampliação da agricultura. No entanto, a reserva legal do Cerrado foi criada em 1989, segundo ela. "Portanto, alguns poucos anos após tudo ter ocorrido", afirmou, durante entrevista na sede da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul).

Questionada sobre a proposta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de exigir rastreabilidade do rebanho ao conceder empréstimo a frigoríficos, a senadora avaliou que o produtor "precisa fornecer o que o cliente quer". A rastreabilidade é "necessária", afirmou, mas se o BNDES seguir à risca a regulamentação atual irá inviabilizar parte da produção. Ela disse que o produtor está disposto a adotar a medida, mas desde que se saiba quem irá bancar o custo. 'Ânimo'

A dirigente disse que não tem "ânimo" para dialogar com Minc. "Não tenho ânimo para dialogar com quem tem preconceito", afirmou. Na semana passada, após se retratar por ter se referido a produtores como "vigaristas", Minc declarou não ter preconceito em discutir com o agronegócio. A senadora participa hoje de reunião com sindicatos rurais na Farsul e apresentará palestra no 24º Seminário da Cooperativa de Produtores de Plantio Direto (Cooplantio), em Gramado, no interior gaúcho.

Agência Estado

Procuradoria pede indenização de pecuaristas por desmatamento – João Carlos Magalhães – Folha de Sào Paulo – Brasil – 02/06/2009

Órgão quer compensação de R$ 2 bi por danos; citados dizem que seguem a lei

O Ministério Público Federal no Pará ajuizou ontem um pacote de ações pedindo uma indenização total de R$ 2,1 bilhões de pecuaristas e frigoríficos que comercializaram animais criados em fazendas desmatadas ilegalmente.

São 21 ações civis públicas, que visam reparar o suposto dano ambiental. Cada uma delas se refere a uma área diferente, a maior parte delas espalhada pelo sudeste do Estado. Juntas, têm 157,1 mil hectares de mata derrubada sem autorização, extensão pouco maior do que a da cidade de São Paulo.

Nove delas são da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, ligada ao grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas.

Dentre os outros proprietários, estão Léo Andrade Gomes, listado pelo Ministério do Meio Ambiente no ano passado como a pessoa física que mais destruiu a floresta no país.

O frigorífico Bertin, o segundo maior do país, também é processado, assim como ao menos outros dez. Para a Procuradoria, ele também negociava gado criado em terra indígena em São Félix do Xingu (PA).

O órgão também recomendou a 69 empresas, que seriam clientes dos frigoríficos, que parem de comercializar com eles. Dentre elas, estão gigantes varejistas como Pão de Açúcar, Wal-Mart, Carrefour. A Perdigão também foi apontada como compradora.

Se continuarem como clientes, serão consideradas coautoras dos crimes ambientais e podem responder a processos.

Além disso, o Ministério Público quer que elas passem a dizer, nos rótulos dos produtos vendidos, que eles foram feitos a partir de bois da Amazônia.

Todas as fazendas estão hoje embargadas -ou seja, não podem produzir nada sem antes sanar seu passivo ambiental.

Das 20, apenas 4 tinham licença ambiental da Sema (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) para a criação de gado, segundo a Procuradoria.

A Agropecuária Santa Bárbara Xinguara não quis se pronunciar ontem sobre as ações. Em outras oportunidades, disse que segue a legislação ambiental e não destrói a floresta.

O frigorífico Bertin disse que soube da ação ontem e que irá se manifestar após analisá-la.

O Carrefour informou que os produtos que comercializa são de contratos que seguem "as formalidades legais, exigidas pelas entidades reguladoras".

O Grupo Pão de Açúcar afirmou que mantém ações para coibir o comércio de produtos de "cadeias produtivas da pecuária que não cumpram legislações". Já o Wal-Mart disse desconhecer a recomendação da Procuradoria. A Perdigão também informou que não havia sido notificada.

A reportagem não conseguiu localizar Léo Andrade Gomes.

Colaborou **MATHEUS PICHONELLI**, da Agência Folha

Bancos abrem mais espaço para linhas com créditos de carbono – Gitânio Fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 02/07/2009

Santander tem 50 mi para financiar projetos; Bradesco avança em parceria Os principais bancos do Brasil prestam cada vez mais atenção aos créditos de carbono, certificados emitidos por projetos que reduzem a emissão de gases do efeito estufa,

responsável pelo aquecimento global.
O Santander anunciou ontem o lançamento de linha de 50 milhões para a compra de CER (sigla em inglês para Redução Certificada de Emissões) no Brasil, no Chile e no México. Cada crédito equivale a uma tonelada de CO2.
A linha funciona desta forma, relata o superintendente Maurik Jehee: o Santander compra os CERs, financiando os projetos que vão resultar nos créditos de carbono. Depois os revende para empresas europeias, que podem usar os certificados para compor as metas de redução de emissões de gases poluentes. As companhias têm compromissos individuais, estabelecidos segundo a meta geral de cada país definida pelo Protocolo de Kyoto.
A atuação em créditos de carbono integra a estratégia do Santander na área de financiamentos para sustentabilidade, diz Julio Bin, superintendente de desenvolvimento da área.
O Bradesco, por sua vez, desde abril tem uma linha para financiar projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), que respeitam critérios estabelecidos pelas Nações Unidas, relata José Ramos Rocha Neto, superintendente-executivo da área de empréstimos e financiamentos.
O banco e o grupo japonês Mitsubishi UFJ anunciaram, há pouco mais de dois meses, parceria que inclui a comercialização de créditos de carbono. A Key Associados responde pela avaliação técnica dos projetos. Ao todo, o Bradesco dispõe de 34 produtos, que chegam a R$ 2,14 bilhões disponíveis para questões socioambientais.
O Itaú Unibanco e o Banco do Brasil também contam com projetos relacionados a créditos de carbono.
As duas instituições participaram dos leilões que a Prefeitura de São Paulo promoveu para a venda de CERs gerados por projetos de transformação de gás em energia nos aterros sanitários do município.
Dos 1.699 projetos de MDL registrados na ONU, 159 estão no Brasil, que fica atrás apenas da China e da Índia. Nos últimos 12 meses, a cotação do CER variou de 7,39 a 23,88, de acordo com o Santander.

Perdas pela legislação ambiental superam os R$ 70 bilhões – Sítio eletrônico da CNA – 03/07/2009

As perdas pelo cumprimento integral das normas ambientais brasileiras superariam R$ 70 bilhões, referentes à redução da área de produção de alimentos. A estimativa foi apresentada pela presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), em palestra realizada ontem (2/7), no 24º Seminário Cooplantio, em Gramado (RS). A palestrante defendeu um projeto que permita a manutenção das atuais áreas de produção, com desmatamento zero em novas áreas.

O valor de perdas poderia ser ainda maior que os R$ 70 bilhões, pois o cálculo leva em conta uma redução de 10 pontos percentuais na área explorada, enquanto a diminuição necessária para cumprir as leis seria de 18 pontos. Essa é a diferença entre os 71% da área brasileira que segundo a legislação deveria ter cobertura vegetal original (inclui área de preservação permanente, reserva legal, reservas indígenas e unidades de conservação) e os 53% que correspondem à área mantida preservada hoje, segundo dados passados pela Embrapa à CNA. Atualmente, apenas 47% do Brasil servem para produção rural, cidades ou infra-estrutura.

“ Para cumprir o código florestal, nós teríamos de acabar com produção de alimentos”, afirmou Kátia Abreu. Além de reduzir lavouras, seriam necessários gastos para replantar a vegetação original, o que, utilizando estimativa da ONG SOS Mata Atlântica, que prevê um custo de R$ 10 mil para recuperar um hectare, somaria uma despesa de R$ 850 bilhões, segundo Kátia Abreu. O montante é maior do que todo o custeio da safra brasileira.

Para a presidente da CNA, um novo código florestal nacional deve prever a regularização das atuais áreas, o fim do desmatamento, a recomposição das matas ciliares por parte dos produtores obedecendo a critérios científicos e a remuneração dos agricultores que preservam áreas. Para isso, é necessário um fundo, que no futuro poderia contar inclusive com recursos internacionais. A senadora acredita que até o fim do ano será editada uma Medida Provisória para evitar que os produtores não sejam punidos por manter a produção como está atualmente.

Assessoria de Comunicação da Farsul

Rastreamento encarecerá a carne, diz CNA – Sítio Eletrônico da CNA – 03/07/2009

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), disse ontem que a exigência de rastreabilidade dos bois comprados por frigoríficos só será possível se os pecuaristas forem remunerados pelos custos para identificar a origem de seus rebanhos.
O BNDES estuda limitar seus empréstimos a frigoríficos que comprovem que não compram carne de fazendas que desmatam a Amazônia.

Ontem, em Porto Alegre, a senadora criticou a possibilidade e disse que o país correria o risco de desabastecimento, pois o Sisbov, sistema de rastreamento de bois do Ministério da Agricultura, não teve a adesão da maioria dos produtores em razão dos custos. "Se esse rastreamento para financiamento ocorrer de fato, nós estamos dispostos [a aderir], desde que tenha quem vai bancar o custo. O produtor não vai se sentir estimulado a ter mais um custo e não ser remunerado."

A ruralista também defendeu a flexibilização do Código Florestal. Ela disse que trabalha na elaboração de uma proposta que transfira da União para cada Estado a possibilidade de legislar sobre o tamanho das áreas de preservação permanentes. O objetivo, disse ela, é aprovar no Congresso uma legislação que estabeleça parâmetros "científicos" para definir o tamanho de cada área de preservação pelas autoridades estaduais.

A proposta é combatida por ambientalistas e pelo Ministério do Meio Ambiente, que temem que possa haver um afrouxamento generalizado da legislação ambiental para atrair investimentos nos Estados.

Autor: Graciliano Ramos. Matéria publicada na Folha de S. Paulo em 03/07

http://www.canaldoprodutor.com.br/noticias

MUNDO FALHARÁ EM META DE PRESERVAÇÃO – Folha de São Paulo – Ciência – 03/07/2009

Mais de 800 espécies de animais e plantas foram extintas nos últimos cinco séculos e outras 17 mil estão ameaçadas hoje. Os dados são da IUCN (União Internacional para a Conservação na Natureza). A análise divulgada ontem da chamada Lista Vermelha de espécies ameaçadas da IUCN indica que o mundo não vai cumprir sua meta de reduzir "de maneira significativa" a perda de biodiversidade até o ano 2010.

Palácio Cabanagem assiste à revolta dos pecuaristas do Pará – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 03/07/2009

Um clima tenso, quase de guerra aos ambientalistas e ao Ministério Público Federal, tomou conta do auditório da Assembleia Legislativa do Pará na calorenta tarde de quinta-feira, em Belém.

Convocados ao Palácio Cabanagem - como a sede da assembleia foi batizada em homenagem à revolta de negros e índios contra a elite paraense no fim do século XIX - para debater o embargo imposto ao gado de 21 fazendas do sul do Estado, pecuaristas, frigoríficos e trabalhadores rurais pediram a "moratória" imediata das restrições comerciais e um prazo até dezembro para cumprir as duas dezenas de exigências ambientais e

fundiárias feitas pelos procuradores federais para reverter o alegado "caos" nessa região da Amazônia. O Ministério Público rejeitou os apelos.

Em meio a faixas de protesto como "Minc não produz, estimula a fome!" e "Somos produtores, e não vigaristas!", cerca de 500 presentes à audiência pública promovida pelas comissões de Agricultura do Senado e da Câmara reiteraram os prejuízos "inestimáveis" causados pelo embargo à produção de carne e couro do Pará e chamaram de "covardes" os ambientalistas do Greenpeace e de "arrogante" os procuradores federais. "O Greenpeace é frouxo, é covarde. Fugiu e não veio aqui debater", disse o deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA). Relatório do Greenpeace apontou pecuaristas e frigoríficos paraenses como principais vetores do desmatamento da Amazônia.

Grandes redes de varejo, como Carrefour, Wal-Mart e Pão de Açúcar, cancelaram as compras da região. "Vivemos uma ditadura verde aqui no Pará. O Ministério Público agiu de forma açodada, arrogante e irresponsável", emendou o diretor-executivo da associação dos exportadores de carne (Abiec), Otávio Cançado. "Houve intimidação, e não recomendação". Associado à Abiec, o frigorífico Bertin foi um dos atingidos pela ação do MPF. Clientes da empresa cancelaram pedidos e o prejuízo teria chegado a cerca de R$ 50 milhões.

A comitiva de 15 deputados e três senadores foi surpreendida pelo Ministério Público. O procurador-chefe da República no Pará, José Augusto Potiguar, afirmou que as ações iniciadas no Pará serão reproduzidas em outros Estados. "É uma rotina o que fizemos no Pará. Mas o MPF tomará a mesma atitude em outros Estados", disse. E negou perseguição ao setor pecuário: "Se tivesse perseguindo, não faria proposta de ajuste de conduta. Também não fizemos embargo, apenas propusemos ações de indenização e recomendamos aos adquirentes desse produto algo que a lei nos impõe", afirmou Potiguar. "Se houve embargo e teve eco, mostra que estamos no trilho certo".

O MPF informou alguns pontos exigidos de governo, pecuaristas e frigoríficos, como proibição de desmatamentos, embargo a pecuaristas relacionados na lista negra do Ibama, na lista suja do trabalho escravo, com ações de grilagem, além de prazo para aderir ao sistema federal de rastreamento (Sisbov), georreferenciamento, cadastro ambiental, plano para recuperação florestal e regularização fundiária em seis meses.

"Isso não inviabiliza a produção porque são factíveis. Não acusamos ninguém de bandido nem estabelecemos condenações", disse Potiguar. Em resposta às negativas do Ministério Público, o presidente da Federação da Agricultura do Pará (Faepa), Carlos Xavier, criticou a ação dos procuradores. "A pessoa não foi citada e já está condenada? A Justiça não pode permitir isso. É uma distorção exigir 80% de reserva legal e fazer compensação quando a lei previa 50% antes", afirmou. O presidente da Comissão da Agricultura do Senado, Valter Pereira (PMDB-MS), também apelou ao MPF para alteração das decisões.

"Queremos saber a intensidade do drama vivido aqui no Pará. Não viemos para receber aplausos, mas para sair com juízo formado", afirmou. No calor dos discursos,

sobrou para o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. "Temos um ministro ´Minctiroso´, tresloucado, que bebe, fuma e cheira", disparou o deputado Wandenkolk.

Antes crítica do agronegócio, a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), está cada vez mais próxima do setor. Na concorrida audiência, a governadora informou que o Estado tem hoje 111 mil proprietários, mas que somente 90 mil têm até 200 cabeças de gado. "Não aceitamos dizerem que nosso produtor rural é bandido. São 111 mil e são apenas meia dúzia que estão ilegais. Isso acontece em todo lugar. Queremos é a paz", apelou Carepa. "O Pará é solução, e não problema para o Brasil. Esses que aqui estão são tão paraenses quanto quem nasceu aqui".

A governadora defendeu, ainda, um acordo para garantir o cumprimento de leis sociais e ambientais via ordenamento territorial do Estado. "O cadastro ambiental rural, criado em 2008 para regularização ambiental e fundiária das propriedades com zoneamento econômico-ecológico, já fez o trabalho em 19 municípios, que significam 27% do território do Pará", afirmou. O modelo prevê a recomposição da reserva legal em 30 anos, a autorização para somar a área de preservação permanente (APP) e a compensação em áreas externas com espécies diversas.

O jornalista viajou a convite da Comissão de Agricultura do Senado e em avião da FAB

Desmate anual na Amazônia tem queda de 74%, diz Imazon – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Ciência – 04/07/2009

O desmatamento acumulado na Amazônia Legal de agosto de 2008 a maio deste ano (1.084 km2) caiu 74% em relação ao mesmo intervalo de tempo anterior (4.143 km 2), segundo dados divulgados ontem pela ONG Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

A queda foi de 47% quando comparado o desmate em maio deste ano em relação ao mesmo mês de 2008.

Foram 157 km2 de mata derrubados em nove Estados (AC, AM, AP, MA, MT, PA, TO, RO e RR) em comparação aos 294 km2 de 2008.

De acordo com o Imazon, o Estado que teve a maior área destruída foi novamente o Pará (37% do total), seguido de Mato Grosso (27%) e Roraima (20%). A cidade campeã foi Novo Progresso (PA), com 28,7 km 2.

Os números, baseados em um sistema independente de monitoramento, o SAD, vão na mesma direção do que vem sendo divulgado por órgãos governamentais.

Para Adalberto Veríssimo, um dos pesquisadores da ONG, a tendência de diminuição do desmatamento começou em julho do ano passado, como reflexo de um pacote de medidas adotado pelo governo federal meses antes, e se aprofundou com a crise econômica mundial

e com as chuvas na região.
As medidas incluíram a restrição de crédito bancário às propriedades com passivo ambiental e a criação de uma lista das cidades que mais destroem a Amazônia, nas quais qualquer desmate passou a ficar proibido.
Segundo Veríssimo, essas ações foram "mais sofisticadas" do que as repressões "pirotécnicas".
A crise diminuiu a procura por produtos historicamente ligados ao desmate, como carne, grãos e madeira, e as chuvas tornaram intransitáveis as estradas de terra, impedindo a entrada de caminhões e máquinas pesadas usadas na derrubada da floresta. **(JOÃO CARLOS MAGALHÃES)**

Desmatamento na Amazônia tem redução de 47% - Sítio Eletrônico da CNA – 05/07/2009

Levantamento feito pela organização não governamental Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostra que em maio a Amazônia perdeu pelo menos 157 quilômetros quadrados (km²) de floresta.

Em relação a maio de 2008, quando os satélites registraram 294 km² de desmate, houve redução de 47%, de acordo com os dados do relatório do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), divulgado nesta sexta-feira.

O alerta oficial de desmatamento, calculado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), apontou 123 km² de floresta derrubados no mesmo período.

De acordo com o Imazon, o Pará foi o estado que mais desmatou em maio, com cerca de 58 km² (37% do total), seguido por Mato Grosso, com 42 km² (27%) e Roraima, com 31 km² a menos de florestas (20%). A concentração de nuvens sobre a região impediu a visualização de 43% da Amazônia Legal, de acordo com o relatório. Entre as áreas mais desmatadas no período estão trechos de floresta no entorno da BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA).

O levantamento do Imazon também classifica o desmatamento de acordo com a situação fundiária da área em que foi registrado. Em maio, 67% do desmate ocorreu em áreas privadas, devolutas (ocupadas irregularmente) ou em diversos estágios de posse, 17% em unidades de conservação, 15% assentamentos da reforma agrária e 1% em terras indígenas.

O desmatamento acumulado entre agosto de 2008 e maio de 2009 (dez primeiros meses do calendário anual do desmate) é de 1.072 quilômetros quadrados, 74% menor que o registrado no período anterior (agosto de 2007 a maio de 2008), segundo o Imazon.

Além do corte raso (desmatamento completo), o SAD também registra áreas de florestas degradadas – "que sofreram intensa exploração madeireira e/ou fogo de várias intensidades". Em maio, pelo menos 215 quilômetros quadrados da Amazônia sofreram degradação, a maioria (81%) em Mato Grosso.

Pecuaristas transferem gado para driblar Ministério Público – Estado de São Paulo – Nacional – 05/07/2009

Pecuaristas de fazendas embargadas no sul do Pará, por causa do desmatamento irregular da Floresta Amazônica, decidiram negociar bois por meio de outras fazendas, não embargadas, para driblar o bloqueio. A operação para "esquentar" o gado para venda já é utilizada com transferência de bezerros - não considerados gado de corte, mas matrizes -, e agora será estendida para os bois.

Vinte e uma fazendas da região foram proibidas pelo Ministério Público Federal do Pará (MPF) de vender boi gordo para abate por terem área desmatada superior ao limite de 20% do total de sua propriedade. Elas foram multadas em R$ 2,1 bilhões e têm prazo de 120 dias para retirar o gado de seu território a partir da notificação. Nove delas pertencem ao Grupo Santa Bárbara, que tem o banqueiro Daniel Dantas como acionista. O Estado do Pará tem 109 mil fazendas de gado de corte.

O presidente do Grupo Santa Bárbara, Carlos Rodenburgo (que também foi sócio de Dantas no grupo Opportunity), afirma que vai usar a transferência de gado como expediente para fornecer tanto bois gordos para os frigoríficos quanto bezerros para fazendas de engorda. O MPF informou que vai investigar qualquer irregularidade. Ao todo, o grupo tem 15 fazendas, com rebanho de 500 mil cabeças de gado.

Assim que o embargo se tornou público, no início de junho, as três maiores redes de supermercado do País - Carrefour, Pão de Açúcar e Wal-Mart - anunciaram a suspensão da compra de carne das 21 fazendas embargadas. Elas fornecem, por ano, 200 mil cabeças de gado, ou 1% do rebanho paraense, de 20 milhões de cabeças. Isso representa um faturamento de cerca de R$ 240 milhões. Juntas, essas fazendas têm uma área de 157,1 mil hectares, o equivalente à área do município de São Paulo.

Na opinião do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, Carlos Xavier, as 21 fazendas embargadas não cometeram irregularidade, pois o antigo código florestal, que

vigorou de 1965 a 1996, permitia o desmatamento de até 50% da área de suas fazendas, com incentivo e financiamento governamental.

A estratégia de uma das fazendas do Grupo Santa Bárbara, a Espírito Santo, por exemplo, foi mudar seu perfil de atividade. Antes especializada em venda de boi para abate, agora negocia bezerros. Só ela vai vender 9 mil bezerros até o fim deste ano, o equivalente a uma receita de R$ 5,4 milhões. Seu rebanho total é de 73 mil cabeças de gado. A Espírito Santo está na lista porque, segundo levantamento do Greenpeace, desmatou 75% de sua área total.

Esse trabalho, intitulado "A farra do boi na Amazônia" serviu de base para o embargo do MPF.

"A Fazenda Espírito Santo engloba no CNPJ dela outras tantas fazendas que não foram objeto de embargo, como a Ceita Core. Aí você consegue movimentar o gado da Ceita Core, porque ela não está embargada. Na Cedro (outra fazenda do grupo) é a mesma coisa. Isso não é um recurso, é um direito. Não estou utilizando uma brecha para isso", afirma Rodenburgo.

O novo perfil de atividade da Espírito Santo terá início este mês, com a negociação de 1,5 mil cabeças. Essa será a média mensal até o fim de 2009, afirma o gerente da fazenda, Oscar Beller. Há cerca de cinco meses, a entrada da fazenda foi ocupada por integrantes do Movimento dos Sem-Terra. Outras três fazendas do Grupo Santa Bárbara foram ocupadas.

Xavier, da Faepa, diz que não tem informações se outras fazendas embargadas estariam usando a mesma alternativa encontrada pelo Grupo Santa Bárbara. "Acho que esse não é um bom caminho. O melhor é mostrar na Justiça que não houve desmatamento ilegal", afirma ele. O diretor de outra fazenda da lista do MPF, a Santa Fé, Marcos Mariane, afirma que não está vendendo bois após o embargo. A fazenda, segundo o levantamento, desmatou 49,9% de sua área.

O embargo do MPF também preocupa os frigoríficos instalados no Pará, como o Bertin, que tem quatro unidades no Estado. De acordo com o diretor executivo de carnes da empresa, Evandro Miessi, o volume de abate das filiais paraenses era de 3,5 mil cabeças por dia antes do embargo, ou cerca de 20% da capacidade de toda a companhia. Agora, o abate recuou para 2,5 mil cabeças por dia. Com isso, a empresa demitiu na semana passada 211 empregados do seu principal frigorífico paraense, cujo abate recuou de 1,2 mil cabeças, antes do embargo, para 800 unidades.

"Nós suspendemos preventivamente as compras de produtores do Pará, dentro de uma política de bom relacionamento com o Ministério Público", afirma Miessi. Segundo ele, a empresa não foi informada do embargo. Tomou conhecimento por meio de seus clientes,

que foram avisados primeiro. O Bertin tem, no Pará, 2,5 mil fornecedores. Da lista de 21 fazendas embargadas, a empresa trabalhava com 14.

Um acordo sobre as mudanças climáticas – Ed Miliband – Folha de São Paulo – Opinião – 05/07/2009

FALTAM MENOS de seis meses para um momento decisivo para nosso planeta. Em Copenhague (Dinamarca), em dezembro deste ano, o mundo vai tentar fechar um acordo sobre as mudanças climáticas -e temos que conseguir fazer isso. Não podemos esperar até o inverno europeu e não se pode deixar essa tarefa apenas nas mãos dos políticos.

Como parte de nossa contribuição e para abrir a discussão, o governo britânico está divulgando nossa proposta sobre o que o pacto deve incluir.

Em algumas negociações, a posição do governo pode parecer segredo de Estado. Nós estamos adotando abordagem oposta: enviando nossa posição às escolas, colocando-a on-line, discutindo-a ao máximo -porque as discussões sobre as mudanças climáticas não são como as demais negociações na história recente.

Mais que qualquer outra, elas vão afetar a vida de todos. E mais que em qualquer outra, será preciso que governos e populações se unam para concretizar o que for acordado.

Ao apresentar nosso argumento dentro do Reino Unido e para o mundo, somos guiados pela ciência, pela experiência e pela ética.

A ciência nos diz que as consequências de uma ação pela metade seriam catastróficas; precisamos ser ambiciosos. Para sermos ambiciosos, precisamos conseguir limitar as mudanças climáticas a dois graus, o limiar além do qual ocorrerão danos irreversíveis. Isso significa inverter a trajetória do crescimento das emissões de gases-estufa nesta próxima década, e não mais tarde. As emissões precisam começar a diminuir de forma que, até 2050, cheguem a quase metade dos níveis em que estavam em 1990.

Aqui no Reino Unido, já reduzimos as emissões em quase um quarto em comparação com 1990. Já convertemos os compromissos de redução em lei, para reduzir as emissões ainda mais. Os "orçamentos de carbono" nacionais vão reduzir as emissões em um terço do nível de 1990 até 2020 e em pelo menos 80% até 2050, e estamos enfrentando as escolhas que esse compromisso implica.

Esperamos que outros países também elevem suas ambições. Muitos já o fizeram, mas a verdade é que as ofertas que estão sobre a mesa no momento são insuficientes.

Mesmo que os países desenvolvidos cortassem suas emissões para zero, o mundo ainda ultrapassaria os dois graus, a não ser que os países em desenvolvimento também passassem de um crescimento de alto carbono para um crescimento de baixo carbono. Portanto, um pacto climático ambicioso terá que envolver todos.

Enquanto isso, a experiência nos ensina uma lição separada: que o pacto precisa ser não apenas ambicioso mas também eficaz. O Protocolo de Kyoto, o primeiro sobre as mudanças climáticas, realizou muitas coisas, mas ninguém pode afirmar que todos os países cumpriram os compromissos que assumiram.

Portanto, para ser eficaz, o acordo a ser fechado em Copenhague precisará de um trabalho rigoroso de monitoramento e averiguação do que os países estão fazendo. Ele terá que ser eficaz em relação a como as reduções são realizadas, vinculando os mercados de carbono entre os países desenvolvidos, de modo que cada dólar gasto encontre o lugar onde poderá ter o maior impacto sobre as emissões.

E isso nos leva à terceira fonte de nossas lições sobre o tipo de pacto de que precisamos: a ética e as obrigações que os países ricos devem aos mais pobres. No cerne do debate está uma questão moral fundamental: se nos enxergamos como vizinhos e irmãos dos cidadãos dos outros países e se nos preocupamos com o legado que vamos deixar para nossos filhos.

No documento divulgado pelo Reino Unido duas semanas atrás, queremos enfrentar esse desafio moral, de modo que o pacto que buscamos precisa ser não apenas ambicioso e eficaz mas também justo.

A recessão global arrochou os orçamentos de muitos países, entre os quais o Reino Unido não foi menos atingido, mas o primeiro-ministro, Gordon Brown, assumiu um compromisso pessoal profundo em obter o financiamento correto e justo para fazer frente às mudanças climáticas.

E, nos últimos seis meses, temos visto como o debate pode ser transformado. O presidente Obama mudou o jogo. A China elevou sua ambição e deixou claro que quer chegar a um pacto. Temos um caminho ainda mais longo a percorrer nos próximos seis meses, e a necessidade de acelerarmos o processo é urgente.

Com um pacto que seja ambicioso, eficaz e justo, a perigosa mudança climática poderá ser interrompida; com ações por parte de governos e cidadãos em todos os países, será possível chegar a esse pacto. O momento decisivo se aproxima.

ED MILIBAND , 39, mestre em economia pela London School of Economics, é o ministro de Energia e Mudanças Climáticas do Reino Unido.

Brasil descumpre meta para ambiente – Afra Balazina e Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 06/07/2009

Não há mais tempo para honrar promessas que país assumiu em acordo internacional para 2010, dizem especialistas

Criação de unidades de conservação e combate ao desmatamento têm taxas abaixo das previstas para a convenção da diversidade

O Brasil está aquém das metas de preservação da biodiversidade que assumiu para 2010 dentro da CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica), o mais importante acordo internacional para gestão da fauna e da flora do planeta. Em vigor desde dezembro de 1993, o tratado entra agora numa fase crítica sob o risco de virar uma peça de ficção, por culpa do Brasil e de outros países signatários.
No ano que vem, em Nagoya (Japão), os membros da convenção terão de mostrar se fizeram a lição de casa. Um dos indicadores para saber se a CDB vem sendo seguida nas nações que assinaram o texto é o conjunto de metas que cada uma delas definiu para si.
O Brasil apresentou suas metas em 2006. Duas delas são até ambiciosas -zerar o desmatamento da mata atlântica e reduzir em 75% o desmate amazônico-, mas não serão cumpridas. O país provavelmente será cobrado pelo cumprimento daquilo que foi colocado no papel.

Vexame global
"A internalização da CDB aqui no Brasil foi extremamente mal conduzida pelo governo", disse à Folha o botânico Carlos Joly, professor da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Segundo ele, que acompanha as políticas para a biodiversidade há décadas, o país não vai atingir as promessas de 2006. "O meu medo é que a gente chegue a Nagoya sem condição de dizer quanto realmente o país deixou de cumprir as metas."
Charles Clement, pesquisador do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), diz que a CDB "não teve efeito desejado nem na Amazônia, nem no Brasil, nem no mundo". Segundo ele, esse quadro se delineou desde o encontro de Joanesburgo, em 2002, apelidado de Rio+10 (em alusão ao encontro de 1992 no Brasil).
"Desde então, a taxa de extinção continua a aumentar e os benefícios econômicos esperados não aparecem em uma velocidade apropriada para frear esse processo", diz.
Segundo Joly, nem mesmo os cientistas conseguiram produzir os dados que gostariam, atrasados por entraves burocráticos. "Não há pesquisa, basicamente, porque ninguém consegue as licenças para as coletas na mata", diz Joly.
O diretor de conservação da biodiversidade do MMA (Ministério do Meio Ambiente),

Braulio Dias prefere enxergar as metas com uma abordagem alternativa. "Elas devem ser vistas como uma primeira etapa de um longo processo de mudança de paradigmas, de como as sociedades e os governos usam a biodiversidade", diz. "Na COP 10 [sigla que designa a próxima reunião da CDB] deveremos aprovar um novo plano estratégico da convenção com metas para 2020 e 2050", afirma Dias, do MMA.
Fabio Scarano, diretor-científico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, uma instituição federal, diz que parte da lição de casa está sendo feita. "A primeira lista de espécies de plantas do Brasil, que terá mais de 40 mil nomes, ficará pronta em dezembro, dez meses antes de Nagoya", afirma.
Segundo Scarano, outro documento importante -o livro vermelho de espécies ameaçadas de extinção da flora brasileira- ainda não está pronto, mas deve ser concluído até a próxima reunião da CDB.
Outras metas do Brasil na convenção -como redução do desmatamento e combate a espécies invasoras- não serão atingidas. O ritmo de criação de unidades de conservação florestal teve um aumento substancial, mas também ficará abaixo da meta. "Neste campo, dava para ter avançado um pouco mais", diz Joly.

Repartição de benefícios
O receio de que as metas da CDB pudessem não ser cumpridas existia desde quando o acordo nasceu, na Rio-92, reunião patrocinada pela ONU no Rio de Janeiro há 17 anos. A intenção do documento, que passou a vigorar em 1993, era criar um marco diplomático para ajudar a preservar a biodiversidade global, mas pouca coisa foi feita como o documento previa.
O grande gargalo das discussões hoje é a repartição dos benefícios pelo uso dos conhecimentos de índios e comunidades tradicionais. Sem o desfecho desse nó -algo que pode ocorrer na próxima reunião da convenção, em outubro de 2010- a contribuição real do documento será quase nula, dizem os especialistas no tema.

"Mundo inteiro" falhou, afirma ministério – Folha de São Paulo – Ciência – 06/07/2009

Braulio Dias, diretor de conservação da biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, diz que o governo atualmente está em fase de coleta e sistematização de dados para, depois, concluir o balanço do sobre cumprimento de metas nacionais na CDB. Mesmo com informações incompletas, ele diz que "no mundo inteiro a gente já sabe que não vai atingir as metas". Porém, afirma que houve avanços em algumas áreas. "Na Amazônia, por exemplo, tivemos um avanço importante na redução do desmatamento nesses últimos anos, apesar de o desflorestamento predatório continuar." Ele ressalta que o número de áreas protegidas cresceu. "Só que a expansão ocorreu basicamente na Amazônia; fora desse bioma o percentual é mínimo."
Dias diz que hoje não há condições favoráveis no país para atingir as metas. "É uma guerra que estamos perdendo antes de começar." Segundo ele, é preciso criar mecanismos

econômicos para premiar quem preserva a biodiversidade, como o pagamento por serviços ambientais.
Ele critica, ainda, a tentativa dos ruralistas de alterar o Código Florestal e deixá-lo menos rigoroso, legalizando o desmate de parcelas maiores de terra. "É incrível que, num país como o Brasil -um país que possui agricultura moderna, tecnificada- exista apoio da bancada ruralista no Congresso Nacional para destruir o Código Florestal", diz. "Isso é dar um tiro no pé."
Em junho, o governo criou uma Câmara Técnica Permanente de Biodiversidade e Ciência. O objetivo é facilitar o diálogo entre governo e cientistas. Por meio desse órgão, cientistas poderão sugerir políticas públicas -como ações para ajudar a evitar a extinção de uma espécie de maneira mais ágil. A câmara também deverá acolher reclamações de dificuldades na realização de pesquisas. **(AB)**

Emergentes se unem contra "taxa de carbono" – Valor econômico – Internacional – 06/07/2009

O Brasil reforçou os protestos contra um plano dos EUA de impor uma "taxa de carbono" sobre produtos importados de países considerados resistentes à redução de suas emissões de gases.

O embaixador brasileiro na Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevedo, alertou que o projeto americano, dependendo de como for usado, "é ilegal ou no mínimo questionável pelas regras comerciais internacionais".

Para Azevedo, a lei tem elementos para deslanchar uma guerra comercial. "É uma medida que não vai se esgotar nos EUA, pode ter efeito dominó e outros imitarem."

A Câmara dos Deputados dos EUA aprovou uma lei com provisões para impor a chamada "tarifa de carbono", para assegurar que companhias americanas não percam vantagem competitiva face a produtores que não invistam na descarbonização de suas produções. Os EUA até hoje não aceitaram o protocolo de Kyoto, de redução de emissões, mas o presidente Barack Obama promete agora assumir compromissos nessa área.

A lei precisa ainda ser aprovada no Senado. Há indicações de que os democratas podem endurecê-la ainda mais. A União Europeia também estuda adotar uma "taxa de carbono", por iniciativa da França.

China e Índia acusaram a lei americana de violar as regras da OMC e ser protecionismo disfarçado, podendo prejudicar duramente os países em desenvolvimento. Os dois países não querem ouvir falar de assumir compromissos internacionais de redução de emissões de gases, preferindo programas nacionais compatíveis com o seu desenvolvimento acelerado.

A OMC divulgou recentemente relatório em que diz as taxas de carbono podem ser compatíveis com as regras da organização, mas que será difícil provar que elas não são restrições ao comércio disfarçadas de proteção ambiental.

Outra preocupação mais imediata na OMC é com a enorme queda do comércio mundial este ano. Hoje, o Banco Mundial anunciará um fundo global de liquidez para o comércio exterior de países em desenvolvimento, com a expectativa de mobilizar cerca de US$ 50 bilhões nos próximos três anos.

O banco deverá formalizar os primeiros desembolsos para exportadores e importadores em países em desenvolvimento, para ajudar a reverter a enorme queda no comércio causada pela crise.

Segundo a porta-voz do banco, Lotte Pang, o fundo com cooperação de doadores e bancos privados já tem promessas de US$ 12 bilhões. Essa soma poderá financiar um fluxo comercial de US$ 50 bilhões em três anos, na medida que os empréstimos são de curto prazo e serão reinvestidos, desde que sejam pagos. Cerca de US$ 12 bilhões serão destinados à America Latina.

O programa do Bird é uma das peças do pacote de US$ 250 bilhões que os líderes do G-20 anunciaram em abril, em Londres, para reativar o comércio global.

G8 antecipa debate para tratado do clima – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Ciência – 07/07/2009

Cúpula que reúne sete países mais ricos e a Rússia deve dar o tom das negociações para corte de gases do efeito estufa

Encontro de líderes deve ter influência direta sobre o acordo a ser negociado em dezembro na Dinamarca; Índia atravanca discussões

A principal decisão da próxima cúpula do G8 (os sete países mais ricos do mundo e a Rússia), que começa amanhã em Áquila, na Itália, não será de nenhum Gê, não dirá respeito diretamente à economia ou à geopolítica, os temas mais habituais nos 35 anos de existência do G8. Sairá do MEM, sigla nova que significa Encontro das Grandes Economias, uma iniciativa norte-americana que deverá reunir os 17 países mais ricos e mais poluentes do mundo (respondem por 80% da emissão de gases que provocam a mudança climática).

O ministro italiano de Exteriores, Franco Fratini, já antecipou ontem que o slogan do encontro será "menos 50% em 2050". Traduzindo: reduzir à metade em relação aos níveis de 1990 a emissão de gases do efeito estufa até o ano 2050.

Como é um ano longínquo demais, mais importante do que esse slogan é a decisão que parece consensual entre os 17 países do MEM (o Brasil obviamente entre eles) de diminuir

a emissão de gases de tal forma que não passe de dois graus centígrados o aumento da temperatura na Terra em relação aos níveis da era pré-industrial.
Essa limitação já foi incorporada pelo governo Barack Obama, o que confere nova dinâmica às negociações sobre mudança climática, que ficaram emperradas durante a administração George Walker Bush.
Formalmente, o que a Casa Branca disse, até agora, sobre a reunião do MEM é que busca criar "impulso político" para as negociações sobre clima, com vistas à conferência global mais importante do ano, a cúpula sobre o tema marcada para Copenhague em dezembro.
Posto de outra forma: a reunião na Itália criará um ambiente favorável para um acordo "ambicioso", como diz o ministro Fratini, mas os números finais ficarão para Copenhague.

Barreira indiana

Mesmo assim, há um obstáculo chamado Índia. Até a semana passada, o governo indiano se recusava a comprometer-se com metas quantitativas de redução de emissões. Como se trata do quarto maior emissor de gases que provocam o efeito estufa e, por extensão, o aquecimento global, a ambição antevista pelo anfitrião Fratini corre sério risco.
Ainda mais que a Índia pode servir de pretexto para que outros poluentes entre os emergentes, como a China, também se recusem, sob a alegação de que quem degradou o meio-ambiente foram os países ricos -e caberia a eles, portanto, a fatia maior de sacrifícios para afastar o perigo de um aquecimento catastrófico.
O tamanho da catástrofe foi de novo medido ontem em relatório da Oxfam, uma das mais ativas e respeitadas ONGs globais. Sem "ação imediata" no campo da mudança climática, há o risco de "minar 50 anos de ganhos em desenvolvimento", diz o texto.
A Oxfam propõe uma meta muito mais ambiciosa do que a mencionada pelo ministro italiano Fratini: quer um corte de pelo menos 40% nas emissões em relação aos níveis de 1990, mas até 2020, não 2050.
Explica o texto da ONG: "A avassaladora evidência, de todos os cantos do globo, está bem na frente de nossos olhos e não pode ser ignorada. Achar uma solução para a mudança climática não pode ser deixado para nossos netos".

"MENOS 50% DE EMISSÕES DE GASES-ESTUFA EM 2050" – Folha de São PAulo – Ciência – 07/07/2009

Segundo o ministro italiano de Exteriores, Franco Fratini, este será o mote da cúpula do G8, que começa amanhã em Áquila. Intenção é reduzir à metade em relação aos níveis de 1990 a emissão de gases do efeito estufa até 2050

Cientistas propõem novo acordo de emissões para isentar pobres – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 07/07/2009

Se os países ricos e os pobres falharem em chegar a um acordo sobre como reduzir emissões de gases-estufa no fim deste ano, em Copenhague, não terá sido por falta de criatividade. Um grupo de pesquisadores acaba de propor um método para dividir de maneira equitativa a responsabilidade pelo corte. Basta limitar as emissões dos ricos, onde quer que vivam.

A proposta é apresentada hoje pelo grupo de Stephen Pacala e Robert Socolow, da Universidade de Princeton, na revista "PNAS". É um estudo que propõe uma nova distribuição de metas de corte de emissões num novo regime de proteção ao clima (veja quadro à esq.).

De acordo com o trabalho, os países desenvolvidos (principais responsáveis pelo problema) cumpririam reduções rigorosas e, ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento (que nas próximas décadas serão os principais emissores) poderiam se engajar nos cortes sem prejudicar sua economia.

O estudo aplica o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas: avaliar dentro de cada país quanto cada cidadão emite -e quais cidadãos emitem acima do devido. "Quando falamos de responsabilidades, geralmente estamos falando dos países. Mas, se você leva a ideia de justiça e responsabilidade até o fim, você deve falar de emissões dos indivíduos", disse à **Folha** Shoibal Chakravarty, estudante de pós-doutorado de Socolow e autor principal do estudo.

Chakravarty e seu grupo se basearam na noção de que o nível de emissões de uma pessoa está diretamente relacionado ao seu nível de renda. Usando dados de instituições como o Banco Mundial, é possível estimar as emissões de CO2 de cada país e ver também quem está emitindo quanto.

Conhecendo os grandes emissores individuais, é possível calcular uma meta mundial de redução e repartir esse prejuízo entre essas pessoas, vivam elas nos EUA, na Índia, na China ou no Brasil. Os países ricos, como naturalmente têm um número maior de grandes emissores, terão de se esforçar mais para cortar seu CO2.

Os pesquisadores dão um exemplo. Em 2030, as emissões projetadas do planeta, caso nada seja feito, serão de 43 bilhões de toneladas de CO2 por ano. Se o mundo decidir aplicar um corte de 30%, o teto de emissões de cada ser humano será de 10,8 toneladas de carbono por ano. Em 2030 cerca de 1,13 bilhão de pessoas entre os mais de 8 bilhões de seres humanos (população futura) estariam acima do teto. A meta de corte de CO2 de cada país seria, portanto, calculada de acordo com a fração desse 1,13 bilhão de grandes emissores que ele tem e do quanto cada um deles extrapola o teto.

No Brasil, por exemplo, haverá 13 milhões de pessoas acima da meta em 2030, e o país teria de cortar 4% das emissões. Os EUA teriam 285 milhões de pessoas acima do limite e teriam de cortar 60%.

Setor da carne troca acusações sobre desmate – Matheus Pichonelli, Rodrigo Vargas e João Carlos Magalhães - Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/07/2009

As denúncias do Ministério Público Federal no Pará contra empresas suspeitas de comercializar carne e animais criados em áreas desmatadas ilegalmente deixaram em pé de guerra representantes de um setor já abalado pela crise financeira. Frigoríficos, pecuaristas e varejistas têm trocado acusações para se livrar da fama de "vilões" da Amazônia. No início de junho, o MPF no Pará ajuizou 21 ações contra frigoríficos e pecuaristas e recomendou que outras 69 empresas suspendessem as compras ligadas a esses fornecedores.

A iniciativa, porém, gerou reações. Péricles Salazar, presidente da Abrafrigo (reúne os frigoríficos), classificou a suspensão aceita pelos supermercados como "demagógica" e que levará ao aumento dos preços ao consumidor.

Para Roberto Giannetti da Fonseca, presidente da Abiec (reúne as indústrias exportadoras), não houve debate suficiente da rede varejista com produtores de carne para que fosse tomada uma atitude conjunta.

Para Sussumu Honda, presidente da Abras (associação que reúne os supermercados), a posição do varejo atende ao pedido do MPF e se deu em respeito ao consumidor que "não quer boi ilegal na mesa".

Os frigoríficos, porém, também são alvo de críticas. Após a rede Marfrig anunciar a suspensão de compras de gado de área desmatada, a Famato (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso) divulgou artigo chamando a iniciativa de "infeliz moratória" e "desserviço".

Em busca da paz e da salvação da Amazônia - Lúcia Jardim – O Globo – O País – 08/07/2009

Lula recebe prêmio da Unesco em cerimônia na qual Greenpeace protestou e recebeu o apoio do presidente

PARIS. As dançarinas senegalesas bem que tentaram, mas quem roubou a cena na premiação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (Unesco) ontem, em Paris, foi um grupo de ativistas do Greenpeace.

Enquanto Lula recebia o prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Busca da Paz, das mãos do diretor-geral da organização, Koïchiro Matsuura, dois membros da entidade

ambientalista subiram silenciosamente ao palco e se juntaram à foto oficial, exibindo faixas dizendo "Salve a Amazônia, salve o clima".

Os participantes da comemoração — incluindo, entre outros, o primeiro-ministro português, José Sócrates —demoraram cerca de 30 segundos para perceber a presença dos manifestantes.

A plateia parecia não entender o que acontecia, e só demonstrou reações, de reprovação, quando os seguranças começaram a retirá-los do palco.

Apesar do mal-estar, o petista agiu como se nada estivesse acontecendo, recebendo o cumprimento das autoridades.

Nesse momento, um terceiro militante levou um globo inflável e tentou entregá-lo ao presidente Lula, que se esquivou. Após uma segunda tentativa, Lula aceitou o objeto.

— Primeiro, eu queria pedir desculpas aos jovens que entraram aqui com a faixa "Lula, tome conta da Amazônia", ou "não deixe a Amazônia acabar". Muitas vezes, não se sabe quem é, e o papel da segurança é não permitir.

Mas o alerta desses jovens é um alerta que vale para todos nós, porque a Amazônia tem que ser realmente preservada — disse o presidente.

Lula emendou: — De qualquer forma, o mal-entendido permitiu que toda a imprensa fotografasse a reivindicação dos jovens, que deve ser uma reivindicação de toda a humanidade. A Amazônia tem que ser preservada e cuidada com muito carinho.

Dois dos militantes eram franceses e um, brasileiro.

O prêmio Félix Houphouët Boigny pela Busca da Paz foi oferecido a Lula por suas ações de promoção da democracia, igualdade e justiça social no Brasil.

Ele se une a personalidades como Nelson Mandela, Yitzhak Rabin, Yasser Arafat, Shimon Peres e Jimmy Carter, já laureados.

— Recebo este prêmio não tanto como uma homenagem à minha história pessoal, sindical e política, e mais como um reconhecimento das conquistas recentes do povo brasileiro — agradeceu o presidente Em encontro com Lula, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, disse que os dois países vão chegar na reunião do G-8, que começa hoje na Itália, defendendo a idéia de que o combate aos efeitos da mudança o clima se torne uma obrigação para todos os países.

Em busca da paz e da salvação da Amazônia – Lucia Jardim – O Globo – O País – 08/07/2009

Lula recebe prêmio da Unesco em cerimônia na qual Greenpeace protestou e recebeu o apoio do presidente

As dançarinas senegalesas bem que tentaram, mas quem roubou a cena na premiação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sede da Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (Unesco) ontem, em Paris, foi um grupo de ativistas do Greenpeace.

Enquanto Lula recebia o prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Busca da Paz, das mãos do diretor-geral da organização, Koïchiro Matsuura, dois membros da entidade ambientalista subiram silenciosamente ao palco e se juntaram à foto oficial, exibindo faixas dizendo "Salve a Amazônia, salve o clima".

Os participantes da comemoração — incluindo, entre outros, o primeiro-ministro português, José Sócrates —demoraram cerca de 30 segundos para perceber a presença dos manifestantes.

A plateia parecia não entender o que acontecia, e só demonstrou reações, de reprovação, quando os seguranças começaram a retirá-los do palco.

Apesar do mal-estar, o petista agiu como se nada estivesse acontecendo, recebendo o cumprimento das autoridades.

Nesse momento, um terceiro militante levou um globo inflável e tentou entregá-lo ao presidente Lula, que se esquivou. Após uma segunda tentativa, Lula aceitou o objeto.

— Primeiro, eu queria pedir desculpas aos jovens que entraram aqui com a faixa "Lula, tome conta da Amazônia", ou "não deixe a Amazônia acabar". Muitas vezes, não se sabe quem é, e o papel da segurança é não permitir.

Mas o alerta desses jovens é um alerta que vale para todos nós, porque a Amazônia tem que ser realmente preservada — disse o presidente.

Lula emendou: — De qualquer forma, o mal-entendido permitiu que toda a imprensa fotografasse a reivindicação dos jovens, que deve ser uma reivindicação de toda a humanidade. A Amazônia tem que ser preservada e cuidada com muito carinho.

Dois dos militantes eram franceses e um, brasileiro.

O prêmio Félix HouphouëtBoigny pela Busca da Paz foi oferecido a Lula por suas ações de promoção da democracia, igualdade e justiça social no Brasil.

Ele se une a personalidades como Nelson Mandela, Yitzhak Rabin, Yasser Arafat, Shimon Peres e Jimmy Carter, já laureados.

— Recebo este prêmio não tanto como uma homenagem à minha história pessoal, sindical e política, e mais como um reconhecimento das conquistas recentes do povo brasileiro — agradeceu o presidente Em encontro com Lula, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, disse que os dois países vão chegar na reunião do G-8, que começa hoje na Itália, defendendo a idéia de que o combate aos efeitos da mudança no clima se torne uma obrigação para todos os países

G8 propõe acerto climático fraco – Denise Chrispim Marin - Estado de São Paulo – Vida & - 09/07/2009

Os 17 países que mais emitem gases do efeito estufa, reunidos no Fórum das Maiores Economias (MEF, na sigla em inglês), devem assumir hoje o compromisso de não permitir que a temperatura do planeta aumente mais do que 2°C em relação à média registrada no início do século 18. A declaração do MEF sobre mudança climática será assinada em encontro organizado no contexto da cúpula do G-8, grupo das sete economias mais industrializadas e a Rússia, na cidade italiana de Áquila.

Embora dê substância a uma cúpula criticada pelo caos temático, esse acerto está longe de ser considerado um acordo. O texto não chega a definir metas para a redução dos gases do efeito estufa - apenas objetivos, termo diferente para a diplomacia, pois não são mandatórios - e ressalta conflitos entre países desenvolvidos e emergentes no debate do tema.

Uma fonte da diplomacia brasileira insistiu que a ausência de metas quantitativas não ofusca o objetivo dos líderes do MEF de definir um "rumo político" para as discussões em andamento no âmbito da Convenção do Clima. Por ser um documento assinado por chefes de Estado, afirmou, a declaração tenderá a dar uma linha clara para o acordo sobre mudança climática, que deve ser concluído na Conferência do Clima das Nações Unidas, em dezembro.

Segundo o negociador, o texto da declaração indicará a "existência de consenso" sobre a adoção de meta para os países desenvolvidos de redução de 50% nas emissões de gases-estufa em 2050 em relação aos níveis de 1990. Haveria acordo em torno da definição de meta de médio prazo, até 2020. Mas os números estão em negociação.

Os países emergentes concordaram sobre a necessidade de suas políticas de desenvolvimento serem acompanhadas de ações de controle das emissões e da incorporação de novas tecnologias, para impedir a repetição da tradicional curva de crescimento econômico com aumento das emissões. Trata-se de uma "meta camuflada", uma vez que essas ações serão contabilizadas - e cobradas.

"Todos os países mostraram flexibilidade nas negociações, até mesmo a Índia e os Estados Unidos, que eram mais reticentes", diz um diplomata. Esses supostos consensos, entretanto, se mostram débeis a cinco meses da Conferência.

Em sua declaração sobre mudança climática e ambiente, o G-8 insistiu que os países em desenvolvimento também devem assumir uma meta quantitativa - corte de 20% nas emissões. A declaração do G-5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul), por sua vez, bateu na tecla da necessidade de metas ambiciosas para os países desenvolvidos e de maior

empenho deles para o financiamento de iniciativas dos emergentes e pobres.

Os líderes desse grupo deram aval também à proposta do México de criação de fundo verde. O primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, acentuou as divergências ao afirmar que o conceito de ambiente sustentável deve estar vinculado ao crescimento econômico.

Plano do G8 para o clima emperra – Clóvis Rossi - Folha de São Paulo – Ciência – 09/07/2009

Países emergentes recusam proposta de nações industrializadas para corte de emissões de CO2

Impasse impede pré-acordo para tratado a ser negociado em dezembro; salvação do clima não deve "perpetuar a pobreza", afirma indiano

A pretexto de que os países em desenvolvimento "querem subir ao andar de cima", conforme a expressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o G5, grupo que congrega cinco grandes emergentes, travou o acordo que se desenhava nas várias cúpulas do G8 e paralelas, que se realizam na cidadezinha italiana de Áquila.
Subir ao andar de cima significa, segundo Lula, ter acesso "aos bens materiais que os ricos já conquistaram". O presidente não diz, mas o que está por trás da frase é obviamente sacrificar algo do ambiente em favor do desenvolvimento.
Ou, como preferiu o presidente indiano Manhoman Singh, também do G5: "O enfrentamento da mudança climática não pode ser obtido pela perpetuação da pobreza".
O G8 aprovou, na sua cúpula do ano passado, a meta de alcançar pelo menos 50% de redução das emissões globais até 2050. Agora, a meta é (ou era) "compartilhar [tal meta] com todos os países", conforme consta do comunicado final da cúpula do clube dos sete países mais ricos do mundo e a Rússia.
Pelo menos o G5 (México, China, África do Sul, Brasil e Índia) não quer o compartilhamento ou o lê de outra maneira. "Os países ricos exigem que os países pobres sejam responsáveis pela redução da poluição do planeta", disse Lula.
Não é bem assim: a proposta do G8 é a de reduzir as emissões, nos seus países, "em 80% ou mais até 2050, em comparação com os níveis de 1990 ou de anos mais recentes", diz o comunicado do grupo.
O desacordo que ontem foi indireto (G8 e G5 fizeram cúpulas separadas, embora no mesmo complexo do quartel da Guarda de Finanças) hoje tende a ser direto. É o dia do MEM (Major Economies Meeting ou Encontro das Grandes Economias, os 17 países mais ricos do mundo e também os mais poluentes; respondem por 80% da emissão de gases).
Barack Obama apostava nesse encontro para aplainar o caminho para um pré-acordo que seria sacramentado em Copenhague, em dezembro, cúpula mais importante do ano.

Agora, o texto do G8 joga tudo para dezembro: "Estamos comprometidos a alcançar um acordo global, ambicioso e abrangente em Copenhague. Para isso, convocamos outros países industrializados e economias emergentes a se engajarem ativamente, seguindo o princípio de responsabilidades comuns mas diferenciadas".
É o jargão da diplomacia para dizer que todos têm responsabilidade em enfrentar a mudança climática, mas as responsabilidades são diferentes porque quem poluiu mais (os países ricos) deve pagar o preço mais elevado pela despoluição.
O impasse está em quanto os emergentes vão se dispor a pagar sem sacrificar a meta de "subir ao andar de cima".

Pecuária do Pará assina acordo de conduta – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/07/2009

Objetivo é terminar com embargo à carne do Estado, vetada por suspeitas envolvendo desmate ilegal

Para pôr fim ao embargo à carne do Pará, frigoríficos, Faepa (a federação estadual da agricultura e da pecuária) e sem-terra assinaram ontem acordos com o MPF (Ministério Público Federal) para tentar regularizar a comercialização de gado no Estado, o segundo maior da Amazônia Legal.
Chamados de TACs (Termos de Ajuste de Conduta), os acordos implicam uma série de exigências, mas possibilitam que seus signatários deixem de ser réus nas ações que a Procuradoria move desde junho.
Nas ações, foi pedido um ressarcimento total de R$ 2,1 bilhões de empresas que compraram ou venderam bois de 21 fazendas nas quais foi constatado desmatamento ilegal.
Com isso, outras 36 empresas, entre elas os maiores supermercados do país, suspenderam a compra de carne do Pará, o que levou pecuaristas a preverem o colapso do setor.
Até ontem, haviam assinado o acordo ao menos os frigoríficos Bertin e Minerva, responsáveis pela maior parte do mercado estadual, o que os libera para voltar a vender a carne e seus subprodutos.
A Faepa, a Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e a Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), principais representantes de pecuaristas e sem-terra no Pará, aderiram como forma de apoio.
É um sinal de que seus associados também buscarão chegar a um pacto de regularização, ou ao menos seguir as diretrizes propostas. O MPF espera que, ainda nesta semana, ocorram novas adesões.
Entre as obrigações previstas nos TACs dos frigoríficos, estão a de não comprar de áreas com passivo ambiental ou trabalhista, a de exigir que o fornecedor apresente um plano de recuperação da mata desmatada em sua propriedade e que ele a inscreva no CAR (Cadastro

Ambiental Rural), no qual está hoje apenas 1% das mais de 111 mil fazendas do Estado. O cumprimento dos termos será, a partir de setembro de 2010, auditado por uma empresa privada, paga com dinheiro estadual e federal.
O governo de Ana Júlia Carepa (PT), que intermediou os acordos, também se comprometeu, entre outras ações, a implantar a GTA (Guia de Trânsito Animal) eletrônica, o que deve melhorar a rastreabilidade dos rebanhos.
Para a governadora, os acordos marcam um "momento histórico". Para o procurador-chefe do MPF, José Augusto Potiguar, eles são um "ponto de transição". A pecuária é tida como um dos maiores agentes de destruição da floresta.

Fracasso climático - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 09/07/2009

Países do G-8 e emergentes não chegam a acordo contra o aquecimento

A reunião do G-8, em Áquila, na Itália, não produziu um esperado acordo global para combater as mudanças climáticas. Os países ricos concordaram em reduzir em 80% as suas emissões de gases causadores do efeito estufa até 2050, em relação aos níveis de 1990. Porém, eles vincularam seus cortes a uma contrapartida de países em desenvolvimento, que, segundo eles, deveriam reduzir as emissões em 50% no mesmo período. As potências emergentes, como Brasil, Índia, e China continuam a ser opor a compromissos desse tipo.

Além disso, os líderes do G-8 não apresentarem metas concretas para conseguir alcançar as reduções que propuseram. De concreto ficou acertado apenas que os países ricos e em desenvolvimento concordam que o mundo não pode suportar uma elevação de temperatura superior a 2 graus Celsius. Tal elevação, porém, é considerada inevitável por cientistas.

O fracasso do G-8 ficou evidente também no comunicado oficial do G-5 — grupo que reúne Brasil, China, Índia, México e África do Sul e que se reuniu ontem, em Áquila, em paralelo ao encontro do G-8.

O texto não muda uma vírgula da posição que os países em desenvolvimento defendem há 17 anos, desde a Rio 92: a de que a maior responsabilidade de combater as mudanças no clima é de quem mais poluiu ao longo dos tempos, isto é, os ricos. O presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, foi enfático ao apresentar o comunicado à imprensa — Nós sabemos quem polui menos e quem polui mais. Portanto, sabemos de quem é a responsabilidade — afirmou ele, que cobrou dos países ricos o cumprimento do Protocolo de Kioto, dizendo que não adianta aprovar um acordo como este para constatar "tantos anos depois" que ele não está sendo cumprido na sua totalidad

Obama vai se reunir com emergentes

Os líderes do G-8 foram acusados também de, a poucos meses da reunião de cúpula da ONU sobre o clima, no fim do ano, na Dinamarca, não serem claros em relação aos

investimentos destinados às mudanças climáticas e à ajuda para os países em desenvolvimento combaterem o aquecimento global.

— Esse compromisso é muito mais retórico do que prático — afirma Marcelo Furtado, diretor executivo do Greenpeace. — Se ele tivesse sido apresentado há dois anos, não seria um problema porque poderíamos acreditar que seria lapidado até chegarmos a números, metas e valores financeiros concretos para atingir seus objetivos.

Mas, a cinco meses de buscarmos um sucessor para o Protocolo de Kioto, ter apenas uma lista de boas intenções não é apenas frustrante, mas também é inaceitável.

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, convocou para hoje uma reunião entre os líderes do G-8 e os de países emergentes, como China, Índia e Brasil.

No encontro, os EUA — historicamente os maiores poluidores do planeta — vão tentar convencer as nações emergentes a aceitarem reduções

Ambientalistas estão pessimistas

Mas desde ontem a reunião já estava esvaziada. O presidente da China, Hu Jintao, precisou voltar a seu país às pressas devido à crise interna.

Para ambientalistas, está nas mãos do G-5 cobrar do G-8, na reunião de hoje uma postura mais séria em relação às mudanças climáticas.

— Não acreditamos que esse encontro vá trazer grande avanços, já que os países ricos não estão apresentando dados concretos sobre como vão reduzir suas emissões em 80% e muito menos se comprometem com recursos financeiros para ajudar os emergentes a enfrentar os efeitos no clima — adverte Kátia Maia, coordenadora do escritório da Oxfam Internacional no Brasil. — Precisamos de ações imediatas e não de uma carta de compromissos para 2050

Maiores Economias concordam com meta de 2C de aquecimento – Denise Chrispim Marin - estado de São Paulo – vida & - 10/07/2009

As 17 maiores economias do mundo concordaram ontem, em uma reunião na Itália, que o aquecimento global não deve passar dos 2°C em relação à temperatura pré-Revolução Industrial. Contudo, divergiram em relação a como essa meta será alcançada. Ainda assim, o gesto significou a adoção de um critério científico e pragmático, que era rejeitado por vários países, segundo o ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, principal negociador brasileiro do tema. Sua expressão, na prática, estaria na definição da meta global de corte de 50% nas emissões até 2050, com o compromisso de os países desenvolvidos de assumir 80% da redução.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, alguns países do G-8 resistiram a essa meta. Com isso, alguns países em desenvolvimento impediram o consenso

sobre o corte global de 50% nas emissões. Essas aproximações terão de se dar nos próximos cinco meses, até a próxima Conferência do Clima, em Copenhague.

Apesar da falta de consenso, a reunião marca uma reviravolta no debate porque os americanos, que durante a administração George W. Bush negavam qualquer avanço, tornam-se agora líderes da questão. Barack Obama foi o porta-voz da reunião. "Os Estados Unidos algumas vezes deixaram de assumir sua responsabilidade. Esses dias acabaram", disse Obama, que defendeu que a reunião foi um avanço. "Não é tarefa simples para 17 líderes deixar as diferenças de lado em um assunto como mudanças climáticas."

Já o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, criticou a proposta do G-8. "As políticas que foram declaradas até agora não são suficientes", afirmou. "Precisamos trabalhar de acordo com a ciência. É político e moralmente imperativo e uma responsabilidade histórica dos líderes com o futuro da humanidade." A ciência diz que os 2°C são um limite a ser perseguido, mas não são garantia de segurança. Mesmo com esse aquecimento eventos climáticos extremos, como secas e chuvas, podem se tornar mais frequentes.

ACORDO

O Brasil quer compromissos mais suaves para as economias emergentes e pobres, sem metas quantitativas. Quer apenas ter o objetivo de adotar políticas de desenvolvimento que não gerem mais emissões de gás carbônico.

Brasil e EUA tentarão alcançar uma posição comum para a Conferência do Clima. A proposta de afinar as posições partiu de Obama, que se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reservadamente. A dificuldade de conciliação dos dois países no tema, entretanto, emergiu de Obama. Segundo ele, assumir compromissos mais ambiciosos pode trazer um impacto brutal sobre a indústria americana, provocar a transferência de investimentos produtivos para a China e gerar um grave problema social.

Lula argumentou que políticas públicas que geram cidadania significam elevação das emissões de gases-estufa. O brasileiro agregou seu temor de que, nas negociações de Copenhague, a queda de braço entre desenvolvidos e emergentes acabe no aumento da responsabilidade das economias desenvolvimento. Ele disse que não pretende ver as nações mais ricas "escorregarem" em seus compromissos e, como compensação, oferecerem aportes a fundos para financiar controle de emissões por países em desenvolvimento.

Disputa pela hegemonia tecnológica dificulta debate
Novas formas de gerar, armazenar e transferir energia devem ser base da economia para reduzir emissões

Cristina Amorim

Faltam 161 dias para o fim da próxima Conferência do Clima (COP), que acontece em dezembro, em Copenhague. Esse é o prazo para que o mundo conheça o regime político que guiará os governos para uma economia descarbonizada no século 21, a fim de evitar os piores aspectos do aquecimento global.

Contudo, a sinalização que sai da reunião das 17 maiores economias é fraca. O que o G-8 propôs - corte global de 50% das emissões de gases-estufa até 2050, corte de 80% pelos industrializados e forte comprometimento dos emergentes - não traz novidade. Que os países ricos precisam fazer mais, e que os emergentes precisam fazer algo de fato, todos concordam - a questão é quando, como e quem paga. Além da meta para o meio do século, é preciso trabalhar com ações de médio prazo, como falou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, é esperado aquecimento de 0,2°C por década - 0,1°C se as emissões de gases-estufa fossem congeladas como eram em 2000, o que não acontecerá.

NA PRÁTICA

A disputa pela hegemonia tecnológica - e, portanto, econômica - regional e global emperra as negociações. Descarbonizar a economia significa mexer na base energética dos países, manter florestas intocadas e quebrar os padrões de consumo ocidentais ricos tão ambicionados pelos pobres do Ocidente e Oriente. Isso tem um custo alto - 2% do PIB mundial, segundo o economista Sir Nicholas Stern -, porém menor do que o da inação (até 20% do PIB mundial).

O que está em jogo é quem vai perder menos e quem pode ganhar mais. Os países industrializados são os mais responsáveis pelo problema, pois cresceram à custa do planeta. Pagam mais caro, com taxas de redução de emissão. Os emergentes e os pobres querem trilhar o caminho do desenvolvimento, porém manter o mesmo modelo não é viável. Para crescer, contemplar suas populações pobres e não poluir, querem ajuda.

Os ricos concordam no discurso, mas não apresentaram propostas de financiamento e transferência de tecnologia. "É uma briga de cachorro grande, com muitos interesses por trás, pela mudança no paradigma de desenvolvimento", diz o diretor executivo do Greenpeace Brasil, Marcelo Furtado.

A transferência de conhecimento é o item mais espinhoso. Novas formas de geração, armazenamento e transferência de energia têm o potencial de ser a base da economia de grandes nações em um mundo sem carbono - e os EUA, com sua lei da energia, em análise no Senado, caminha nesta direção, em um futuro com menor subsídio à agricultura e maior

à indústria.

A China também está de olho neste mercado para se tornar líder, pelo menos regionalmente. Mas está aquém da capacidade americana e com imenso passivo ambiental - é hoje o maior emissor de gases-estufa.

Havia expectativa de que o cabo de guerra fosse afrouxado com a nova direção americana. Maior contribuidor histórico para o problema, os EUA mostram liderança (de Barack Obama), arcabouço (lei de energia) e base política para contribuir no debate. "O país mais poderoso do mundo está mudando radicalmente de lado, o que tem uma influência brutal nos demais", avalia o cientista político Sergio Abranches. "Os outros vetos ficarão mais visíveis."

Disputa pela hegemonia tecnológica dificulta debate – Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 10/07/2009

Faltam 161 dias para o fim da próxima Conferência do Clima (COP), que acontece em dezembro, em Copenhague. Esse é o prazo para que o mundo conheça o regime político que guiará os governos para uma economia descarbonizada no século 21, a fim de evitar os piores aspectos do aquecimento global.
Contudo, a sinalização que sai da reunião das 17 maiores economias é fraca. O que o G-8 propôs - corte global de 50% das emissões de gases-estufa até 2050, corte de 80% pelos industrializados e forte comprometimento dos emergentes - não traz novidade. Que os países ricos precisam fazer mais, e que os emergentes precisam fazer algo de fato, todos concordam - a questão é quando, como e quem paga. Além da meta para o meio do século, é preciso trabalhar com ações de médio prazo, como falou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, é esperado aquecimento de 0,2°C por década - 0,1°C se as emissões de gases-estufa fossem congeladas como eram em 2000, o que não acontecerá.

NA PRÁTICA
A disputa pela hegemonia tecnológica - e, portanto, econômica - regional e global emperra as negociações. Descarbonizar a economia significa mexer na base energética dos países, manter florestas intocadas e quebrar os padrões de consumo ocidentais ricos tão ambicionados pelos pobres do Ocidente e Oriente. Isso tem um custo alto - 2% do PIB mundial, segundo o economista Sir Nicholas Stern -, porém menor do que o da inação (até 20% do PIB mundial).

O que está em jogo é quem vai perder menos e quem pode ganhar mais. Os países industrializados são os mais responsáveis pelo problema, pois cresceram à custa do planeta.

Pagam mais caro, com taxas de redução de emissão. Os emergentes e os pobres querem trilhar o caminho do desenvolvimento, porém manter o mesmo modelo não é viável. Para crescer, contemplar suas populações pobres e não poluir, querem ajuda.

Os ricos concordam no discurso, mas não apresentaram propostas de financiamento e transferência de tecnologia. "É uma briga de cachorro grande, com muitos interesses por trás, pela mudança no paradigma de desenvolvimento", diz o diretor executivo do Greenpeace Brasil, Marcelo Furtado.

A transferência de conhecimento é o item mais espinhoso. Novas formas de geração, armazenamento e transferência de energia têm o potencial de ser a base da economia de grandes nações em um mundo sem carbono - e os EUA, com sua lei da energia, em análise no Senado, caminha nesta direção, em um futuro com menor subsídio à agricultura e maior à indústria.

A China também está de olho neste mercado para se tornar líder, pelo menos regionalmente. Mas está aquém da capacidade americana e com imenso passivo ambiental - é hoje o maior emissor de gases-estufa.

Havia expectativa de que o cabo de guerra fosse afrouxado com a nova direção americana. Maior contribuidor histórico para o problema, os EUA mostram liderança (de Barack Obama), arcabouço (lei de energia) e base política para contribuir no debate. "O país mais poderoso do mundo está mudando radicalmente de lado, o que tem uma influência brutal nos demais", avalia o cientista político Sergio Abranches. "Os outros vetos ficarão mais visíveis."

Cúpula promete corte para limitar aquecimento a 2°C – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – 10/07/2009

Meta de reduzir emissões em 50% até 2050, porém, é ocultada em documento

Lula e Obama dizem querer chegar a acordo mútuo para tentar estimular consenso global; novo tratado deve ser assinado em dezembro

As 17 maiores economias do mundo, também os maiores poluidores, salvaram parcialmente a face das negociações climáticas, ao colocar no papel a meta de conter em no máximo 2° Celsius o aumento da temperatura global em relação aos níveis da era pré-industrial. É o teto que uma ampla base de cientistas considera o máximo para evitar consequências catastróficas para o planeta.

"É um avanço", diz o principal negociador brasileiro para a discussão da mudança climática, o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.
Mesmo com esse teto, diz Machado, ainda haverá impactos importantes, mas obviamente eles serão menos catastróficos do que aqueles que se seguiriam a uma elevação maior da temperatura.
Para ficar no limite de 2°C, seria preciso reduzir à metade, até 2050, o nível de emissões de gases causadores do efeito estufa, que gera o aquecimento global, em relação a 1990, calcula o embaixador brasileiro. Mesmo assim, ressalva, é um cálculo "com um grau apenas razoável de confiabilidade".
Ou seja, há "níveis elevados de incerteza mas cravar 2°C é um número-guia positivo", acha Figueiredo Machado.

Quem reduz quanto

O problema é que não houve acordo nas várias cúpulas de Áquila em torno de quem deve reduzir quanto as suas emissões para que se contenha o aumento da temperatura nesse "número-guia positivo".
Por isso, o comunicado final da cúpula do MEF (Major Economies Forum ou Fórum das Grandes Economias) ficou sem qualquer número, exceto os 2°.
Sumiu o número que havia sido aprovado na véspera pelo G8 (50% de redução das emissões até 2050, sobre os níveis de 1990). Sumiu porque, se constasse do texto, começaria a contagem regressiva para que os países emergentes também adotassem reduções substanciais, para as quais ainda não estão preparados.
No final, ficou apenas o compromisso de os países desenvolvidos "assumirem a liderança" na adoção de "reduções agregadas e individuais no médio prazo, consistentes com nossos ambiciosos objetivos de longo prazo".
"Médio prazo" é a palavra-chave da divergência entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento: "Sem haver também uma meta de médio prazo, o longo prazo perde credibilidade", diz o embaixador Figueiredo Machado.
Emenda: "Se não ficar claro o esforço que se deve fazer agora, parece que se está empurrando o problema com a barriga".
Qual é a proposta do Brasil e de muitos outros emergentes para o médio prazo, ou seja, para 2020? Que os países desenvolvidos reduzam em 40% suas emissões em relação aos níveis de 1990. E os países em desenvolvimento, como o Brasil? Não há um número, mas há um conceito: "Um desvio substancial em relação ao padrão habitual [de emissão de gases]", responde Figueiredo Machado.
O conceito foi expressamente assumido na declaração final do MEF, claro que sem mencionar números. O único número que apareceu até agora para quantificar o "desvio substancial" é de um estudo da União Europeia: de 15% a 30% menos de emissões. Implicaria um custo econômico significativo, diz o governo brasileiro.

Juntos em Copenhague

Os presidentes Barack Obama e Luiz Inácio Lula da Silva trataram da mudança climática

em um cordial encontro de meia hora. Deixaram de lado as nítidas divergências entre os dois países para enfatizar o desejo de cooperarem para chegar à decisiva cúpula de Copenhague, em dezembro, com uma posição conjunta, aberta à adesão de outros países. Obama deixou claro a Lula que enfrentará dificuldades no Congresso para conseguir aprovar a legislação recentemente enviada e que prevê um amplo leque de opções para limpeza ambiental.
Lula não repetiu ante Obama o que dissera na véspera: "os países ricos querem que os países em desenvolvimento assumam a redução da poluição".

O nó do clima – O Globo – Ciência – 10/07/2009

Grandes poluidores não chegam a metas concretas contra o aquecimento global

Países ricos e em desenvolvimento não se entendem sobre o clima. O encontro entre os 17 maiores poluidores do mundo promovido ontem pela cúpula do G8, em Áquila, na Itália, terminou sem acordo ou consenso. Convocada pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, a reunião não desatou o nó das responsabilidades. Os países do G-8 concordaram em reduzir em 80% as suas emissões de gases causadores do efeito estufa até 2050, em relação aos níveis de 1990. Porém, vincularam isso a uma

redução das emissões dos países emergentes em 50% no mesmo período.

Países emergentes, como China, Índia e Brasil, só aceitam fazer reduções se estas vierem acompanhadas de ajuda financeira dos países ricos, grandes responsáveis pelo aquecimento global. E o G-8 não apresentou qualquer medida concreta nesse sentido.

Além disso, o próprio G-8 demonstrou um racha entre os seus integrantes. Representantes do Canadá e da Rússia disseram que dificilmente vão poder honrar a meta de redução de 80% das emissões de gases causadores do efeito estufa.

Segundo o ministro do Meio Ambiente canadense, Jim Prentice, seu país pode reduzir as emissões entre 60% e 70% até 2050.

— O valor de 80% é uma aspiração coletiva.

Não significa que todos os integrantes do G-8 vão atingir exatamente essa meta

ONU e cientistas criticam inércia do G-8

Apesar do impasse, o presidente dos Estados Unidos disse, durante um encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ainda acredita num acordo até o fim do ano, quando acontecerá a reunião de cúpula da ONU sobre o clima, na Dinamarca, na qual o mundo vai buscar um acordo para suceder o Protocolo de Kioto, que expira em 2012.

Segundo relatos da conversa reservada entre os dois líderes, Obama disse a Lula que ainda há tempo para que as divergências entre os países ricos e em desenvolvimento sejam resolvidas antes da reunião de Copenhague.

Para Obama, Brasil e EUA têm condições de liderar as discussões e a busca por uma alternativa que permita ao mundo chegar a um acordo para conter o aquecimento global.

As ambições de Obama, porém, podem encontrar um obstáculo em seu próprio país.

Em Washington, uma comissão especial para as questões climáticas suspendeu seus trabalhos até o fim do recesso do Congresso americano, em setembro, aumentando as dúvidas sobre a capacidade de o presidente americano chegar a Copenhague com uma proposta concreta sobre redução de emissões.

Para o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, a reunião do G-8 não apresentou avanços suficientes na questão climática.

— Essa é uma questão imperativa, politicamente e moralmente, e de responsabilidade histórica para o futuro da Humanidade.

Analistas acreditam que só restam dois eventos em que esses impasses poderão ser solucionados antes de Copenhague: um encontro na sede da ONU, em Nova York, e uma reunião do G-20 em Pittsburgh, ambos em setembro.

Ontem, um comunicado escrito por 25 cientistas eminentes — entre eles, o vencedor do prêmio Nobel de Química Mario Molina, descobridor do buraco de ozônio — cobrou dos integrantes do G-8 medidas concretas contra o aquecimento global e ações imediatas para a transição rumo a uma economia menos poluente.

"Ainda temos uma pequena janela de oportunidades para agirmos, mas ela vai se fechar em breve", disseram os cientistas.

No Brasil, o Greenpeace emitiu um comunicado no qual critica a posição do presidente brasileiro em Áquila. A ONG afirma que os integrantes do G-5 seguiram o caminho de seus colegas do G-8, e optaram por abdicar do papel de liderar o enfrentamento da crise climática.

"Ao não se comprometerem com metas de redução e com números para encarar a crise do clima, os governantes dos países em desenvolvimento, incluindo o presidente brasileiro, mostram que preferem virar parte do problema, em vez da solução

COLABOROU: Deborah Berlinck, enviada especial a Áquila

Estrada abre crise entre Meio Ambiente e Transportes - Jailton de Carvalho e Soraya Aggege – O Globo – O País – 11/07/2009

Nascimento manda Dnit ir à Justiça contra Ibama, que nega licença à BR-319; Minc diz não ter medo de pressão

BRASÍLIA e SÃO PAULO. O projeto de asfaltamento da BR-319, que atravessa a Amazônia ligando Porto Velho a Manaus, provocou mais uma briga entre ministérios do governo Lula. O ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, determinou ontem que o Departamento Nacional de Transportes Terrestres (Dnit) recorra à Justiça contra a decisão do Ibama de não conceder licença ambiental para a pavimentação da BR.

Em São Paulo, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que está preparado para enfrentar as pressões do Ministério dos Transportes e de outros setores do governo pela autorização para uma obra prevista no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

— Eu penso que quem não quer receber pressão deve ficar em casa — disse Minc.

A equipe de Alfredo Nascimento considera que o Ibama exagerou nas críticas ao estudo de impacto ambiental da rodovia, encomendado pelo Dnit.

Técnicos do Dnit estão fazendo uma análise do relatório do Ibama para preparar a contestação até o fim da próxima semana.

Minc, no entanto, voltou a defender vigorosamente a rejeição da licença para a obra.

Adiantou que é impossível um acordo para a liberação do projeto da BR-319 porque, ao barrálo, o Ibama apenas cumpriu a lei. O ministro frisou que a obra, como prevista, pode se tornar "a estrada da destruição": — Ela não pode ser a estrada da destruição da área mais preservada da Amazônia.

Para aprovar a obra, o Ibama impôs condições muito rígidas, admite Minc. A exigência é de que, em vez de apenas asfaltar a velha estrada (construída pelo governo militar na década de 70 e que ficou sem uso), seja feita uma estrada-parque, com a criação de 21 unidades de conservação, em 10 milhões de hectares. Além disso, o governo teria que implantar seis postos do Exército e três da Marinha.

As rodovias, tradicionalmente, facilitam o desmatamento da Amazônia, pela facilidade da abertura de vicinais.

— A gente acha que o melhor seria uma ferrovia ou uma hidrovia, pelo Rio Madeira. Mas, para ser estrada, terá que ser mesmo uma estrada-parque.

muito rígidas. Nunca foi exigido tanto para a construção de uma estrada. Mas é absolutamente necessário, pois vai atravessar a área mais preservada da Amazônia — disse Minc.

O Dnit defende-se com o argumento de que os relatórios de impacto ambiental foram produzidos por "técnicos e pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas e da Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro". Mas o parecer técnico do Ibama diz que "todos os impactos ao meio físico foram subdimensionados" e que praticamente descartaram o aumento do desmatamento na região.

Dilma também estaria irritada com obra parada

O parecer do Ibama apontou falhas de metodologia, falta de estudos de viabilidade, além de recomendar a realização de um novo estudo de impacto ambiental.

Além de Alfredo Nascimento, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, articuladora das obras do PAC, estaria irritada com a não liberação das obras pelo Ibama. Minc minimiza a briga com os colegas:

— Neste ano, licenciamos mais de 150 obras do Ministério dos Transportes, inclusive a Transnordestina, que está parada há cinco anos. Estamos agilizando o trem Rio-São Paulo.

Então, não temos problemas com o Ministério dos Transportes.

Nunca se licenciou tanto no Ministério do Meio Ambiente.

Atraso no clima – Folha de São Paulo – Opinião – 12/07/2009

Discussões sobre aquecimento global conhecem avanço diplomático, para o qual Brasil não contribuiu

SALVAR o planeta -para fazer uso de uma fraseologia dramática- constitui um propósito ainda distante do horizonte das lideranças internacionais. Antes de incidir concretamente sobre as causas do aquecimento global, a prioridade, por enquanto, é a de salvar do colapso as próprias negociações a esse respeito.

Nesse sentido, o encontro entre líderes dos 17 maiores países poluidores do mundo, realizado nesta quinta-feira na cidade italiana de Áquila, representou um avanço diplomático. Pelo menos diante dos impasses registrados nos dias anteriores, quando países emergentes e as economias do G8 divergiram frontalmente quanto às metas de emissão de carbono.

Brasil, China, México, Índia e África do Sul recusaram em bloco a proposta dos países mais ricos no sentido de reduzir em 50% as emissões globais. Nas palavras do presidente Lula, as economias em desenvolvimento também querem, afinal, "subir ao andar de cima". Talvez porque, admita-se a blague, constitua uma localização supostamente mais ventilada, e a salvo da elevação dos níveis do mar.

Seja como for, o impasse entre os países do G8 e os emergentes foi contornado logo depois. Obteve-se um compromisso consensual, não com respeito às metas de emissões, mas sim quanto ao objetivo de limitar a dois graus centígrados o aquecimento do planeta em 2050, comparado às temperaturas que prevaleciam antes da era industrial.

Ainda que muito genérica, a meta representa um passo inédito do ponto de vista diplomático, uma vez que marca o fim das resistências norte-americanas a qualquer consenso mínimo em torno do efeito estufa. Reconhecendo que seu país havia deixado de assumir responsabilidades sobre o clima, o presidente Barack Obama declarou que essa atitude fazia parte do passado.

Será? Mesmo entre parlamentares de seu partido, há forte oposição a iniciativas mais ousadas no rumo da redução dos poluentes. Não há de ser menor, sem dúvida, a disposição das economias desenvolvidas, em meio à crise financeira, para prover os países emergentes da indispensável ajuda tecnológica e econômica de que necessitam para mudar seus padrões energéticos e plantas industriais.

Contando com fontes de energia predominantemente "limpas", e com níveis de consumo muito mais modestos do que os americanos e europeus, o Brasil se encontra numa posição

estratégica e única nas discussões sobre aquecimento global.
A aliança do governo Lula com países altamente poluidores como China e Índia se explica pelo que pode trazer de pressão conjunta sobre os países desenvolvidos, com vistas a obter o auxílio internacional de que sem dúvida necessitam. Mas não deixa de ser frustrante notar o quanto uma visão atrelada ao conflito Norte-Sul diminui, neste caso, o vigor de que poderia revestir-se a liderança brasileira num assunto de máxima urgência e relevância.

Madeira ilegal: MP investiga 113 empresas – O Globo – Capa – 12/07/2009

O Ministério Público Federal investiga o comércio ilegal de madeira que, no Pará, envolve 113 empresas fantasmas. A madeira é extraída de terras indígenas e reservas ambientais e exportada para EUA, Europa e Ásia.

Esquentando a floresta - Liana Melo – O Globo – Economia – 12/07/2009

MP investiga 113 empresas fantasmas que legalizaram madeiras derrubadas de áreas preservadas no Pará

O Ministério Público Federal (MPF) está investigando o comércio ilegal de madeira no Pará. A operação é liderada pelo procurador Bruno Soares Valente, que já listou 113 empresas fantasmas no estado. Estão na mira da Justiça um total de três mil empresas, entre pequenas, médias e grandes do setor madeireiro.

Subtraída de terras indígenas ou unidades de conservação federais, a madeira passa por um processo de "esquentamento", que dá ao produto uma aparência 100% legal. Depois de "esquentada", ela entra na cadeia produtiva e vai parar no estoque de gigantes do setor moveleiro e de construção civil de Estados Unidos, Europa e Ásia, além do que fica no mercado interno. O Pará é hoje o maior exportador de madeira tropical do país.

No próximo mês, a Procuradoria vai apresentar a denúncia, seguindo o modelo de ação adotado contra frigoríficos e fazendas de gado acusados de venderem carne de área desmatada.

O cerco à pecuária começou em junho e terminou na última quartafeira, com acordo fechado entre o governo paraense e o MPF. As empresas acusadas assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Enquadrar as empresas de madeira no estado é a meta dos procuradores, que devem acusá-las de crime ambiental.

— A madeira que sai do Pará está alimentando um comércio clandestino, que esquenta produtos florestais — denuncia Valente, destacando o papel de várias empresas

que não têm existência física e, no entanto, movimentam quantidades consideráveis de créditos do Sistema de Projetos da Flora (Sisflora, um guia que autoriza a exploração florestal). — Encontramos até oficina mecânica vendendo madeira.

Madeireiro joga a culpa no governo

Ao reconstituir a cadeia produtiva do setor de madeira, o estudo "Quem se beneficia com a destruição da Amazônia?" acabou descobrindo que grandes exportadoras de madeiras do estado estão envolvidas com o comércio ilegal. O relatório levou nove meses para ficar pronto e foi feito em conjunto por especialistas do Fórum Amazônia Sustentável, Movimento Nossa São Paulo e Instituto Observatório Social. O estudo concluiu que as empresas no exterior, apesar de "não participarem diretamente do esquentamento da madeira, acabam financiando o círculo vicioso no Brasil".

As pistas de ilegalidade que estão sendo seguidas no Pará pelo MPF vão da invasão por hackers do sistema da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) — para falsificar documentos — até provas de corrupção envolvendo servidores do órgão. Segundo a Procuradoria, há depoimentos que provam o pagamento de propina, de R$ 200 mil, para empresas que sequer operam com exploração florestal. Além de oficinas mecânicas, os procuradores encontraram casos de lojas de autopeças e terrenos baldios vendendo madeira ilegal para grandes empresas exportadoras do Pará.

Mesmo sendo o maior exportador de madeira tropical do país, o Pará virou um receptor de madeira de outros estados, "o que causa estranheza" entre os procuradores. Só em 2008, o Pará exportou US$ 631 milhões, segundo o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

As operações interestaduais colocam hoje o Pará na lista dos dez estados que mais recebem certificados de madeira de outros locais. Só que as operações, segundo a investigação do MPF, ficam só no papel, já que o interesse das empresas é o carimbo que autoriza a comercialização do produto, e não a madeira em si.

— A culpa de tanta ilegalidade é do próprio governo, que não está cumprindo o Pacto pela Madeira Legal e Sustentável, assinado no ano passado — cutuca Adacir Peracchi, presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Pará (Aimex). — Estamos fazendo nossa parte, mas o governo até agora não tirou do papel a concessão florestal de 4 milhões de hectares, o que seria fundamental para acabar com a ilegalidade no estado.

Na próxima quarta-feira, os empresários do setor se encontram com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para cobrar uma posição do governo sobre a concessão florestal para exploração de madeira.

A reunião será em Brasília.

Por ter virado um receptor de madeira de outros estados, a investigação no Pará estendeu-se por Amazonas, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso. Os MPFs desses estados enviaram dados de HDs dos seus arquivos para serem analisados no Pará.

— Nós precisamos dar um basta na ilegalidade, porque está comprometendo as empresas sérias — avalia Roseniro Canto, secretário adjunto da Sema.

Apenas no Pará, apreensões este ano já dão para encher 525 caminhões - Liana Melo – O Globo – Economia – 12/07/2009

Enfileirados, veículos ocupariam os 13 quilômetros da Ponte Rio-Niterói

Chegou a 21 mil metros cúbicos o volume de madeira ilegal apreendida no primeiro semestre pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), apenas no Pará. A madeira apreendida na Operação Caça-fantasma é suficiente para encher a carroceria de 525 caminhões.

Caso esses veículos fossem enfileirados, daria para ocupar toda a extensão da ponte Rio-Niterói, que tem 13 quilômetros de comprimento. Em 2008, as multas aplicadas pelo Ibama atingiram R$ 400 milhões.

Este ano, até junho, já chegam a R$ 560 milhões.

Nem o Ministério Público Federal (MPF) nem o Ibama arriscam calcular o volume de negócios gerado pelo comércio ilegal de madeira no Pará. A superintendente do Ibama no estado, Lucila Claudia Lago Francisco, acredita que as apreensões e as multas emitidas são indícios fortes do tamanho do problema.

Caso essa madeira ilegal não fosse interceptada, acabaria entrando na cadeia produtiva e sendo No site da empresa, clientes como Angelina Jolie Como não existe nenhum modelo de rastreabilidade para detectar a origem da madeira, o produto ilegal acaba na casa de celebridades internacionais. A gigante americana Lumbor Liquidators, por exemplo, apresenta em seu site o nome de clientes famosos como Angelina Jolie, Kim Basinger e Donald Trump.

— As empresas no exterior, apesar de não participarem diretamente desse esquentamento, acabam financiando o círculo vicioso no Brasil — comenta Marques Casara, do Observatório Social, um dos autores do estudo "Quem se beneficia com a destruição da Amazônia?".

Ao reconstituir a cadeia produtiva do setor madeireiro, o estudo constatou que a Lumbor Liquidators, por exemplo, é cliente da Pampa Exportações, que, por sua vez, está sendo investigada pelo MPF no Pará. A exportadora brasileira, segundo os procuradores, estaria entre as empresas que mais compraram madeira de empresas fantasmas. Procurados nas duas últimas semanas, os executivos da Pampa não responderam às ligações do GLOBO.

— Enquanto a ponta inicial da cadeia produtiva da madeira sofre com corrupção e desrespeito às leis ambientais; a ponta final, dos consumidores internacionais, tenta amenizar o problema da aquisição de madeira legal — avalia Casara, comentando que, tanto nos EUA quanto na Europa, estão em vigor leis que proíbem a compra de madeira de área desmatada. — O problema é que não temos nenhum tipo de rastreabilidade para detectar a origem da madeira no Brasil.

As diversas farras na Amazônia – Rodrigo C. A. Lima – Valor Econômico – Opinião – 14/07/2009

Enquanto for mais barato derrubar a floresta do que recuperar áreas degradadas, será difícil reverter essa tendência

O caloroso debate sobre o avanço da pecuária na Amazônia, fomentado pelo boicote de grandes cadeias de supermercados a grandes frigoríficos, pelo recente relatório do Greenpeace ("A farra do boi na Amazônia") e pelas manifestações apimentadas do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, aponta para alguns culpados, uns menos, outros mais, mas tem um foco enviesado.

Os argumentos centrais para esse boicote "à carne que devasta a floresta" são os seguintes: a) a expansão da pecuária na Amazônia é a principal causa do desmatamento; b) o Brasil se tornou o maior exportador de carne bovina graças à derrubada dessas árvores; c) os produtores e os frigoríficos situados nessa região não seguem a legislação ambiental e, como consequência, a carne que produzem não é sustentável; d) o Estado brasileiro e bancos privados financiam a devastação ao conceder crédito aos frigoríficos.

Quando lidos isoladamente, esses argumentos parecem inquestionáveis, o que ajuda a reforçar perante a sociedade brasileira e o mundo a necessidade do boicote à carne, bem como de subprodutos como couro. Vou me ater aos três primeiros argumentos a fim de mostrar que não são tão verdadeiros quanto parecem.

Existem vários fatores que fomentam o desmatamento no bioma Amazônia e taxar a pecuária como o principal deles é mascarar a realidade. É natural que a pecuária cresça em áreas já desmatadas, pois é praticamente o único uso econômico existente para a terra nua, muitas vezes abandonada por madeireiros, posseiros e grileiros.

O ponto que precisa ser extensamente debatido é que não tem nada de errado produzir nessas áreas, desde que sejam cumpridos os critérios ambientais definidos pela lei. Mas aí é preciso lembrar que o bioma Amazônia reflete uma realidade ambiental, social e econômica muito peculiar. Em um universo de 22 milhões de habitantes (Amazônia Legal), com um Índice de Desenvolvimento Humano que varia de médio para baixo (Pnud), a pecuária se torna uma atividade atrativa e quase única para milhares de pessoas. Um pequeno produtor vizinho a uma floresta intocada tem grandes chances de derrubá-la mesmo sabendo que não é o dono da terra, pois, na medida em que possa agregar mais dez animais a sua produção, poderá ganhar um dinheirinho a mais e dificilmente o dono da terra vai aparecer. Esse exemplo é hipotético, mas certamente reflete uma realidade que não será alterada sem que esforços pesados de regularização fundiária sejam tomados.

Outro ponto que deve ser ponderado é a existência de enormes áreas de assentamentos que na maioria dos casos não têm apoio técnico e científico algum do governo. Basta olhar para os dados do Incra e constatar que até 2007 15% do Estado do Amazonas (21,3 milhões de ha), 15% do Pará (18,8 milhões de ha), 24% de Rondônia (5,8 milhões de ha) e 37% do Acre (5,6 milhões de ha) são áreas de assentamentos que precisam ser efetivamente controladas quando se pensa em combater e evitar o desmatamento na região. Por conta disso, retomo o argumento de que criar mais 5, 10 ou 15 bois é a forma mais rápida e fácil de aumentar a renda de milhares de famílias na região.

Enquanto for mais barato derrubar a floresta do que recuperar áreas degradadas, será difícil reverter essa tendência. É essencial investir na recuperação de áreas abandonadas ou que possuem baixíssima produtividade, e ainda incentivar a intensificação da pecuária para que seja possível aumentar o número de animais/ha, tornando as áreas de pastagem doadoras de terra.

É esse incremento tecnológico da pecuária, liberando terra para outras culturas e reduzindo a dependência do desmatamento, que permitirá ao Brasil se manter como o maior exportador de carne bovina e ainda expandir sua produção e exportação de forma sustentável.

Não há nada de errado com isso e, nesse sentido, não se pode concordar que é graças aos bois da Amazônia que o Brasil fomenta suas exportações. Primeiro, é essencial esclarecer que não é correto dizer que existem 71 milhões de bovinos no bioma Amazônia, pois é preciso lembrar que a parte sul do Mato Grosso e grande parte do Maranhão e do Tocantins são compostas pelo bioma cerrado. Novamente o conceito de Amazônia Legal ajuda a confundir e mascarar a realidade.

Tirando os animais dessas regiões, a pecuária no bioma Amazônia compreende 44,3 milhões de animais, ou 22% do total do Brasil (PPM-IBGE 2007). Pará, Rondônia e a parte norte do Mato Grosso são as regiões mais importantes. No entanto, é preciso ponderar que o rebanho no Pará permanece praticamente estável em 7% do rebanho nacional desde 2004, época em que o Estado não tinha áreas livres de febre aftosa e, por isso, não podia exportar. Em 2007 quando a região sul do Pará foi considerada livre da aftosa, o rebanho cresceu para quase 8%, e voltou aos 7% em 2008, evidenciando uma tendência de estabilidade.

Além disso, é preciso dizer que existem aproximadamente 1.500 abatedouros (envolvendo entrepostos de processamento e embalagem) no Brasil, dos quais aproximadamente 315 possuem Selo de Inspeção Federal, e por isso são habilitados a exportar. Nesse universo, 99 abatedouros respondem por 90% das exportações brasileiras, sendo que quatro estão no Pará, três em Rondônia, um no Acre e cinco no lado amazônico do Mato Grosso. Isso indica que existem abatedouros situados no bioma Amazônia, em áreas livres de aftosa, mas de longe se pode afirmar que são esses abatedouros que impulsionam as exportações brasileiras.

É preciso ainda salientar que existem inúmeros abatedouros clandestinos, que não seguem as exigências sanitárias e de higiene, que sonegam impostos e que inundam os

açougues e mercados do Brasil com carne ilegal e de qualidade questionável. É razoável pensar que esses produtores e abatedores seguem a legislação ambiental?

Já passou da hora de acabar com as farras no bioma Amazônia. Se produtores grandes e pequenos, frigoríficos e abatedores legais e clandestinos têm culpa no cartório, o histórico problema da desorganização fundiária, o corte ilegal de madeira, a grilagem de terras e os inúmeros problemas sócio-econômicos de uma imensa região que concentra milhões de pessoas precisam ser atacados urgentemente. Enquanto os ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, da Justiça, da Saúde, da Fazenda e do Desenvolvimento Agrário, e órgãos como o Incra e a Receita Federal não se envolverem com força nesse debate, os vetores do desmatamento continuarão a existir e, pelo andar da carruagem, a pecuária poderá pagar essa conta sozinha.

Rodrigo C. A. Lima é advogado, gerente-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone).

Os riscos de lei ambiental ganhar uso protecionista – Valor Econômico – Opinião – Editorial – 14/07/2009

O governo brasileiro enfrenta mais um desafio internacional - e um muito importante - na área ambiental, que poderá ter sérias consequências negativas para o país e as empresas. Como se sabe, recentemente a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou uma lei com provisões para impor a chamada "tarifa de carbono", para assegurar que companhias americanas não percam vantagens competitivas face a produtores que não invistam na redução das emissões de suas produções. Os EUA até hoje não aceitaram o protocolo de Kyoto, que prevê a redução dessas emissões, mas o presidente Barack Obama promete agora assumir compromissos nessa área. Conforme a interpretação dada à nova lei americana e sua amplitude, haverá impacto sobre as exportações brasileiras.

Na prática, o que a Câmara dos Representantes aprovou foi um projeto de lei sobre mudanças climáticas que cria pela primeira vez no país um sistema nacional para reduzir as emissões de gases responsáveis pelo efeito-estufa. O sistema proposto pela Câmara tem como objetivo reduzir as emissões dos EUA em 17% até 2020 e em 83% até 2050. Produtores de energia elétrica, refinarias e outras indústrias teriam que adquirir licenças para continuar poluindo. A ideia com isso é incentivá-las a se modernizar e adotar novas tecnologias.

Empresas que consomem muita energia e estão expostas a intensa competição internacional, como usinas siderúrgicas e fábricas de papel e alumínio, receberiam de graça a maioria das licenças nos primeiros anos do programa. Elas temem perder mercado para produtos importados de países como a China e a Índia se suas indústrias não forem

submetidas a restrições equivalentes. O projeto da Câmara propõe que tarifas sejam aplicadas a produtos desses países a partir de 2020, mas só se eles não adotarem regimes de controle de emissões e se as autoridades dos Estados Unidos concluírem que a distribuição gratuita de licenças é insuficiente para ajudar as empresas americanas a competir com seus rivais estrangeiros. Indústrias que podem ser beneficiadas pelo projeto da Câmara e sindicatos de trabalhadores com influência no governo tem pressionado o Congresso a reforçar essas barreiras.

Mas associações empresariais poderosas já manifestaram sua opinião: são contra a iniciativa, por temer que ela leve a retaliações de parceiros dos EUA, dificultando as exportações. O próprio presidente Barack Obama manifestou sérias dúvidas sobre a iniciativa dos deputados. "Acho que teremos que fazer uma análise cuidadosa para determinar se as tarifas são necessárias, considerando todas as outras coisas que foram negociadas em favor das indústrias intensivas em energia", disse Obama.

Na semana passada, o Brasil se manifestou sobre a lei. Criticando-a, obviamente. O embaixador na Organização Mundial do Comércio, Roberto Azevedo, disse que o projeto, dependendo de como for usado, "é ilegal ou no mínimo questionável pelas regras comerciais internacionais". Para ele, a lei tem elementos que podem deslanchar uma guerra comercial. "É uma medida que não vai se esgotar nos EUA, pode ter efeito dominó e outros imitarem."

A lei precisa ainda ser aprovada no Senado, que pode começar a sua avaliação ainda este mês. Mas não se espera que ela seja rejeitada. Ao contrário. Há indicações de que senadores democratas podem endurecê-la ainda mais. Além disso, a tendência seria de que essa restrição seja encampada em outras regiões. União Europeia também estuda adotar uma "taxa de carbono", por iniciativa da França. Não custa lembrar que os Estados Unidos e a Europa são tradicionalmente os maiores parceiros comerciais do Brasil e continuam figurando com destaque na lista dos maiores exportadores e importadores apesar da diversificação dos últimos anos e da ascensão da China.

Outros países emergentes, como China e Índia, já acusaram a lei americana de violar as regras da OMC e ser, na verdade, uma medida protecionista disfarçada. Os dois países não querem ouvir falar de assumir compromissos internacionais de redução de emissões de gases, preferindo programas nacionais compatíveis com o seu desenvolvimento acelerado. A OMC já informou que taxas de carbono podem ser compatíveis com suas regras, mas que será difícil provar que não são restrições ao comércio disfarçadas de proteção ambiental.

Pecuária tem mais peso no desmatamento – Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida &– 18/07/2009

A cultura da soja, apontada como uma das principais culpadas pela destruição da Amazônia, recebeu duas avaliações de "boa conduta" na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Manaus. "Não há evidências de que a soja esteja influenciando um aumento do desmatamento", disse ontem o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Gilberto Câmara - confirmando colocação do dia anterior feita pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Acordo com produtores de soja freou impacto dessa cultura na Amazônia

Por Herton Escobar

"A soja deixou de ser fator relevante no desmatamento da Amazônia", disse Minc. A principal razão, segundo ele, é o pacto feito entre a indústria e organizações não-governamentais para que empresas do setor não comprem mais soja produzida em áreas recentemente desmatadas - a Moratória da Soja, que funciona desde 2006. "O que está mais fora de controle agora é a pecuária", completou Minc.

O ministério, segundo ele, tentou fechar um acordo semelhante com a indústria de carne, sem sucesso. "O frigorífico não desmata, mas compra carne dos fazendeiros que desmatam", criticou. "Eles vão ter de entrar na linha ou vão se lascar", completou Minc, dizendo que a carne brasileira poderá enfrentar rejeição no mercado internacional por causa disso.

Dados do Inpe mostram que o desmatamento está em queda em Mato Grosso, principal produtor de soja. Segundo Câmara, isso deve-se à combinação da moratória e de esforços de controle das autoridades.

Ao contrário de Minc, Câmara disse que não é possível afirmar que 2009 será o ano de "menor desmatamento nos últimos 20 anos na Amazônia". Isso porque nuvens têm mantido a maior parte da região "invisível" para os satélites do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter). "Até agora o Deter só viu Mato Grosso", disse. "Não conseguimos ver nada no Pará, que é onde está o maior dilema." Mato Grosso, segundo ele, tem fronteira agrícola consolidada, enquanto no Pará há tendência de expansão. A conta de que 20% das emissões de CO2 do mundo vêm do desmatamento "não tem base científica", disse.

Segundo Câmara, o cálculo foi feito no âmbito do quarto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), quando as taxas de desmatamento

no mundo eram bem mais elevadas e as estimativas sobre carbono e biomassa florestal, superestimadas. Ele calcula que a contribuição do desmatamento para as emissões não passe de 10% - dos quais metade viria do desmatamento na Amazônia.

Lula já prepara anistia aos desmatadores – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 18/07/2009

Punições deveriam começar em dezembro; mais da metade das propriedades rurais do país está em situação irregular

Minc defende benefício só aos pequenos proprietários, Stephanes quer estendê-lo também aos médios, e Kátia Abreu propõe anistia geral

Faltando menos de cinco meses para a entrada em vigor de punições aos produtores rurais que desmataram além do limite da lei, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai negociar anistia a pelo menos parte dos proprietários de terras.
Segundo o Ministério da Agricultura, mais da metade das propriedades rurais do país está em situação irregular (cerca de 3 milhões de produtores).
Lula já havia adiado para dezembro deste ano o início das punições a quem não registrasse as áreas de preservação nas propriedades nem se comprometesse a recuperá-las. Nos últimos meses, representantes do agronegócio tentaram mudar, sem sucesso, os limites de desmatamento fixados no Código Florestal. Com o prazo das punições se aproximando, até o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) admite que mudanças nas regras são "inevitáveis".
A **Folha** apurou que são três as propostas que serão submetidas à análise de Lula na semana que vem. Minc defende tratamento diferenciado para agricultores familiares, donos de propriedades pequenas, que acredita ser a base política do governo Lula no campo. O colega Reinhold Stephanes (Agricultura) quer estender a tolerância aos médios proprietários, até seis módulos fiscais: "A proposta alcança a classe média rural, importantíssima".
A presidente da CNA (Confederação Nacional de Agricultura), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), apresentou a Lula uma proposta mais radical, que se dispõe a recuperar a vegetação das margens de rios -sem punições para quem desmatou acima do limite- combinada com o compromisso do agronegócio com o desmatamento zero: "Acham que é fácil chegar a esse compromisso?", disse.
O "desmatamento zero" significaria manter a vegetação nativa em cerca de 53% do território brasileiro, ainda não desmatado. Os proprietários de terras que não desmataram o percentual hoje autorizado (entre 20% e 80%) seriam remunerados pelo Estado.
Mas Stephanes diz que o desmatamento zero não se aplicaria ao cerrado: "É a região de expansão nossa". O desmatamento, que alcança 40% no bioma, poderia avançar até 65%.

Segundo ele, o governo terá em breve os instrumentos para conter a maior fonte de desmatamento na Amazônia, a pecuária, por meio do monitoramento das fazendas de gado. Lula vai receber Minc, Stephanes e Kátia Abreu. Os últimos querem uma medida provisória. "Seria a melhor saída", disse Stephanes. "Estamos com urgência", disse Abreu.

Diretor do Inpe critica carbono de floresta – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 18/07/2009

Para Gilberto Câmara, créditos comercializáveis por desmatamento evitado são "dinheiro sujo" que "premia ilegais"

Para cientista, problema da Amazônia é de governança, não de dinheiro, e Brasil conseguiu reduzir ritmo da derrubada sem verba extra

Gilberto Câmara, diretor do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e principal responsável pelo monitoramento da Amazônia, chamou de "dinheiro sujo" os recursos que poderão vir a ser trocados entre os países por meio do REDD, um dos mecanismos em discussão no âmbito internacional para reduzir o desmate.
A definição sobre se e como o mundo vai usar ou não esse esquema no combate ao aquecimento global pode sair da conferência do clima de Copenhague, em dezembro.
O desmatamento e a posterior queima da floresta desmatada emitem grandes quantidades de gás carbônico para a atmosfera. Isso ajuda a esquentar ainda mais o planeta.
Daí a proposta, aprovada na conferência de Bali, em 2007, de usar o desmatamento evitado para ajudar a solucionar a crise do clima. Só não há acordo sobre como isso será feito.
O governo brasileiro é contra mecanismos de mercado no REDD (sigla em inglês para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), pelos quais países que reduzissem seu desmatamento poderiam vender créditos de carbono para países com metas de redução a cumprir. Prefere que o REDD seja abastecido por doações, como os US$ 110 milhões que a Noruega já empenhou no Fundo Amazônia.
Mas governadores de Estados da Amazônia Legal, como Blairo Maggi (MT) e Eduardo Braga (AM), se mostraram favoráveis à medida.
"É quase como se o Brasil vendesse o seu ar", disse Câmara ontem, em Manaus (AM), durante o último dia da 61ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). "Com essas negociações, os países desenvolvidos deixarão de fazer sua lição de casa", disse Câmara.
Para ele, se o Brasil conseguiu reduzir o desmatamento da Amazônia de 27 mil quilômetros quadrados por ano para uma média de 12 mil quilômetros quadrados sem esse dinheiro, é sinal que o país não precisa dele. "O problema do desmatamento da Amazônia é de governança", afirmou.

Números
Câmara questiona até mesmo o tamanho da contribuição do desmatamento nas emissões mundiais de carbono. Hoje estima-se que as mudanças no uso da terra, principalmente o desmatamento tropical, respondam por 20% das emissões.
Segundo Câmara, esses números poderiam até ser válidos para os anos 1990. Hoje, diz, tanto o Brasil quanto a Indonésia, os maiores desmatadores do planeta, reduziram de forma considerável suas emissões.
"Estamos refazendo esses dados. Mas, hoje, com certeza, o número deve ser de pelo menos 10%", disse Câmara. Deste total, metade é a contribuição exclusiva do Brasil. "Desse total, 0,5% é referente ao desmatamento legal. Vamos receber dinheiro do REDD para pagar os ilegais?" **(EDUARDO GERAQUE)**

Cientista contraria ministro – Folha de São Paulo – Ciência – 18/07/2009

Contrariando o ministro Carlos Minc, o diretor do Inpe afirmou não ser possível dizer que a próxima taxa de desmatamento da Amazônia será a menor dos últimos 20 anos. Anteontem Minc dissera que a taxa de 2009, a ser divulgada nos próximos meses, seria a menor em duas décadas.
"Pelos nossos dados, sabemos que em Mato Grosso o desmatamento caiu. Mas não sabemos nada ainda sobre os números do Pará", afirmou Câmara.
Minc também disse que havia cinco projetos já definidos, no valor total de R$ 45 milhões, que seriam bancados pelo fundo Amazônia. E citou um, com o Inpe. "Estamos conversando ainda. Não há definição", disse Câmara. **(EG)**

Governo estuda isentar frigoríficos e cobrar tributos nos supermercados – Eliane Oliveira – O Globo – O País – 18/07/2009

Objetivos são corrigir distorções para exportador e coibir carne clandestina

BRASÍLIA. Após meses de negociações com representantes do setor de carne bovina, derivados e insumos, o Ministério da Fazenda decidiu apresentar na próxima semana ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma proposta de mudança no atual modelo de recolhimento de PIS/Pasep e Cofins no segmento. Se a ideia for aprovada, os frigoríficos deixarão de pagar esses tributos, cabendo aos supermercados e aos estabelecimentos varejistas em geral que comercializem os produtos arcarem com essa obrigação.

Além de corrigir distorções na cobrança de PIS/Pasep e Cofins, um dos objetivos da proposta é reduzir a informalidade no setor — estimase que cerca de 30% da carne consumida no Brasil são de origem clandestina. Por um lado, ao isentar os frigoríficos do pagamento desses tributos, haveria uma redução no preço da carne legal vendida aos supermercados. Na outra ponta, ao cobrar PIS/Pasep e Cofins do varejo, os comerciantes seriam incentivados a comprar apenas carne legal, para poderem recuperar créditos tributários.

Medida não afetaria preço final nem arrecadação

Segundo a Receita, a mudança não teria impacto no preço final das carnes cobrado do consumidor.

— O objetivo é corrigir distorções na forma de recolhimento, adotando uma medida que não terá nem impacto na arrecadação nem no preço ao consumidor final — explicou o subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal, Sandro Serpa.

Segundo ele, atualmente o frigorífico, ao comprar do pecuarista, tem direito a um crédito tributário de 60%, equivalente aos custos embutidos no preço da carne paga ao produtor. A questão é que esse benefício só pode ser aproveitado no mercado interno.

Se o estabelecimento for exportador, o embarque é isento de impostos e, assim, o empresário acumula créditos que demoram a ser recebidos.

— Como uma parcela significativa do setor é composta por grandes exportadores, esses frigoríficos não encontram uma forma de aproveitar esses créditos. Essa situação resultou no acúmulo progressivo desses recursos em seus ativos, causando desequilíbrio no mercado e consequente perda de eficiência das empresas — explicou o técnico da Receita.

Frigoríficos prometem reduzir custos para o varejo

Ele acrescentou ainda que a crise mundial agravou estas distorções, devido à valorização cambial vigente e ao desaquecimento da demanda internacional.

A proposta da área econômica consiste em isentar o frigorífico, deixando para o supermercado recolher PIS/Pasep e Cofins e ficar com um crédito tributário de 40%. Para compensar os 60% restantes, os frigoríficos se comprometeram a cobrar preços mais baixos nas vendas para o varejo doméstico.

— Se os frigoríficos não cumprirem sua promessa de reduzir os preços, retornaremos à situação atual — afirmou Serpa.

Sem plano de manejo, BR-319 não será asfaltada, declara Minc – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 17/07/2009

Ministro disse em Manaus que desmatamento em 2009 será o menor em 20 anos

O ministério do Meio Ambiente (MMA) não abrirá mão de nenhuma exigência ambiental para que o polêmico asfaltamento da rodovia BR-319 (Porto Velho-Manaus) seja feito. A promessa é do titular da pasta, Carlos Minc. Ontem, em Manaus, durante a 61ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o

Progresso da Ciência), Minc voltou a dizer que o melhor, no caso dessa ligação, seria fazer uma hidrovia, ou então uma ferrovia, como também foi cogitado. "Mas, se tiver de ser uma estrada, que seja uma estrada-parque", afirmou Minc.
Os ambientalistas e vários cientistas temem que o asfaltamento da BR-319 leve à destruição de uma das áreas mais preservadas da floresta. O ministro dos Transportes, o amazonense Alfredo Nascimento, é o grande incentivador da obra.
Na semana passada, foi divulgado um parecer do Ibama negando a licença prévia para a pavimentação, que é desejada por boa parte dos amazonenses. Foi esse documento que Minc foi defender em Manaus.
"Se não for feito tudo o que está previsto no plano de manejo, a estrada não sai. Existe a definição da necessidade de construir 29 parques, entre os federais e os estaduais. Eles terão de ser demarcados, instalados e ter gente para trabalhar antes do asfaltamento da estrada", disse Minc. O plano de manejo prevê também a montagem de barreiras do Exército e da Marinha ao longo da estrada e dos rios ao redor.

Biodiversidade
Ao falar na biodiversidade Amazônia em sua conferência na SBPC, Minc estava empolgado. "Os próximos dados de desmatamento da Amazônia [que devem sair em mais alguns meses apenas] vão mostrar a menor taxa dos últimos 20 anos", afirmou.
Sobre o impasse ao acesso à diversidade biológica, que há anos atrapalha as pesquisas científicas, Minc disse que o novo projeto de lei -hoje o assunto é tratado em Medida Provisória- deve ser encaminhado ao Congresso em regime de urgência em dois meses.
"A obtenção de licenças será um processo de dupla entrada. O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) vai trabalhar em conjunto com o sistema Sisbio, hoje monitorado pelo Instituto Chico Mendes, do MMA. Tudo será feito para que ocorram mais pesquisas e de forma mais rápida. Passou o tempo de que os ambientalistas viam todos os cientistas como biopiratas."
Na segunda-feira, também em Manaus, Sergio Rezende, da Ciência e Tecnologia, afirmara que havia um consenso, entre ele e Minc, de que as autorizações seriam dadas pelo CNPq.

Cientistas se enfrentam sobre o clima – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 17/07/2009

O climatologista Carlos Nobre, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), pegou o microfone depois do cético do clima Luiz Carlos Molion, da Universidade Federal de Alagoas. A sala para ver "o debate sobre o clima", realizado ontem em Manaus, durante a reunião da SBPC, estava lotada.
A explicação de Nobre sobre o efeito estufa serviu para mostrar por que o gás carbônico é importante nos estudos sobre aquecimento global. "Bons físicos atmosféricos não duvidam

da física do efeito estufa", disse.
Antes, o também climatologista e físico Molion chegara a arrancar risadas da plateia quando disse que os cientistas que fazem modelos matemáticos sobre o clima chegam a "torturar" esses modelos para que mostrem o que eles querem.
Ao mostrar que os modelos climatológicos têm falhas, Molion acerta, concordou Nobre. Mas, a tese central do pesquisador da Universidade Federal de Alagoas passa longe de dar importância para o carbono e os gases de efeito estufa.
Para Molion, o clima é regulado pelos ciclos de 11 anos do Sol e pela temperatura do oceano Pacífico, que, nas contas dele, representa 35% da superfície terrestre.
E, como o Sol está em um período de baixa atividade, o que significa menos energia sendo irradiada para a Terra, e as águas do Pacífico devem ficar um pouco mais frias nos próximos anos, o problema das mudanças climáticas estaria resolvido, diz Molion.
"O gás carbônico não é o vilão", defendeu. Mas, mesmo depois, ele abriu mão de debater quando lhe foi dada a palavra pelo mediador.
Se o debate entre um cético e um membro do IPCC, o painel do clima da ONU, foi civilizado e mostrou que é bastante difícil duvidar da física do efeito estufa, ele surpreendeu por um outro motivo. O de muitas concordâncias entre as duas partes envolvidas na discussão.
Tanto Molion quanto Nobre acreditam que algumas áreas do planeta serão afetadas pelas mudanças climáticas, sejam elas naturais ou antrópicas. É o caso da Amazônia. Mesmo para Molion, é preciso combater a poluição e desenvolver políticas de adaptação a nova realidade climática do século 21. **(EG)**

Lula vai criar secretaria para crédito de carbono – Folha de São Paulo – Ciência – 22/07/2009

Órgão deve elaborar estratégia para país lucrar com redução de emissão de CO2

Cargo terá mesmo status de ministério; objetivo é tentar fortalecer a posição do Brasil na negociação do novo acordo contra crise do clima

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu criar uma Secretaria de Crédito de Carbono, mas ainda não há uma definição clara sobre sua futura atuação ou sobre suas atribuições.
A secretaria seria vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio ou ao Ministério da Ciência e Tecnologia mas, por ora, Lula pretende que ela fique vinculada à Presidência.
A ideia surgiu em uma viagem que Lula fez ao Amazonas, numa conversa com o governador daquele Estado, Eduardo Braga, e o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente).

Hoje, existe uma comissão interministerial vinculada à pasta da Ciência e Tecnologia que discute e analisa projetos do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Mas a ideia do presidente é que, criando secretaria com status de ministério e ligada ao Planalto, o tema ganhará mais relevância nas discussões internas e externas.
Lula fez exatamente esse raciocínio ao criar outras seis secretarias especiais em sua gestão: Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial, Relações Institucionais, Assuntos Estratégicos, Portos, e Pesca -que virou neste ano um ministério.
Em um evento em junho no Paraná, o presidente sugeriu que o governo passe a exigir de empresas de biodiesel e hidrelétricas que, ao desmatarem para construir, paguem pelo gás carbônico emitido.
A atuação do Brasil na redução da emissão de gases de efeito estufa passou a ser tema recorrente nas conversas de Lula em reuniões como o G-8 e o G-20. A criação da secretaria também é uma maneira de o Brasil chegar mais organizado na próxima conferência do clima das Nações Unidas, em dezembro, em Copenhague.
O encontro destina-se a substituir e ampliar o Protocolo de Kyoto, cujo primeiro período de redução de emissões expira em 2012.
O Brasil é desobrigado por Kyoto de reduzir emissões, mas pode gerar créditos de carbono -e receber dinheiro de países com metas a cumprir- com projetos de energia limpa, no chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.
O assunto clima se tornou frequente em discursos e entrevistas do presidente. Semana passada, Lula dedicou a ele maior parte de seu programa de rádio, "Café com o Presidente". "Precisamos tomar cuidado para que as Nações Unidas tenham relatório que possa responsabilizar com números cada país, tanto na quantidade de emissões de gases de efeito estufa, quanto na quantidade de sequestro de carbono que esses países possam fazer. Um país que começou seu processo de industrialização há 150 anos tem mais responsabilidade do que um país que começou ontem. Por exemplo, os Estados Unidos têm mais responsabilidade do que a China", disse.
(SIMONE IGLESIAS)

Mercado será definido por novo tratado – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 22/07/2009

O mercado internacional de carbono terá seu atestado de saúde ou de óbito em dezembro, na conferência do clima de Copenhague. O encontro deverá definir quanto os países cortarão de suas emissões para salvar o clima da Terra. O tamanho do mercado depende do tamanho do compromisso.
O Protocolo de Kyoto, em vigor hoje, estabeleceu como meta cortar 5,2% das emissões dos países industrializados em relação a 1990 até 2012. Isso gera um mercado de até US$ 1 bilhão ao ano (considerando um preço de US$ 10 por tonelada).

O quadro que se desenha para Copenhague é muito mais promissor. Primeiro, a meta de redução do próximo acordo precisa ser mais ambiciosa -entre 20% e 40% de corte até 2020. Depois, porque o maior poluidor do planeta, os EUA, estão de volta à mesa. Ao criar um sistema de "governança" de carbono, o Brasil quer mostrar que pode atrair investimentos na área.

Ministério muda Código Florestal sem o Congresso – Catarina Alencastro – O Globo – O País – 23/07/2009

Pasta do Meio Ambiente recorre a soluções administrativas para evitar confronto com ruralistas na Câmara e no Senado

BRASÍLIA. O Ministério do Meio Ambiente deu ontem o primeiro passo na tentativa de resolver as pendências em torno das alterações do Código Florestal sem ampliar os embates que o tema já promoveu.

Em vez de recorrer a mudanças legais via Congresso, o ministério lança mão de instruções normativas e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para solucionar os problemas. A partir de uma aliança com a agricultura familiar, a pasta espera encaminhar 70% das questões deste modo. O restante deve virar objeto de projeto de lei ou medida provisória, que precisam ser encaminhados ao Congresso, onde os ruralistas são mais numerosos e influentes que os ambientalistas.

Ontem, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, assinou três instruções normativas que regulamentam pontos da legislação ambiental que até então estavam em aberto e, no entendimento, dos agricultores prejudicava a produção.

A partir de agora, agricultores familiares poderão somar a Área de Proteção Permanente (APP, que são as margens de rios e encostas de morros) com a Reserva Legal. Com isso, será liberado mais espaço para as plantações.

Outro ponto é a simplificação e gratuidade da Reserva Legal de pequenas fazendas, processo caro e que pode levar anos.

O acordo vinha sendo costurado com entidades representativas da agricultura familiar, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetraf) e a Via Campesina .

Essa união também sela "as pazes" entre os dois setores, que até pouco tempo viviam às turras. Os produtores reclamavam que a legislação os engessava, e os ambientalistas culpavam os assentamentos pelo desmatamento da Amazônia.

Ao lado do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, Minc fez questão de demonstrar que as desavenças terminaram: — A nossa expectativa é resolver um problema que virou uma guerra. E não é obrigado a ser uma guerra porque os agricultores sabem que a devastação ambiental em primeiro lugar prejudica a eles próprios.

— Penso que estava se desenvolvendo um conflito artificial entre grandes e pequenos, entre ambientalistas e produtivistas, o que é um absurdo completo.

Acho que venceu o bom senso — completou Cassel.

Em setembro, será encaminhada ao Conama uma proposta de resolução que define atividades de baixo impacto que podem ser tocadas em APP. Apesar de haver previsão legal para isso, por falta de regulamentação qualquer edificação nesses locais leva à multa. A ideia da área ambiental do governo é definir o que pode e o que não pode ser feito em margens de rios e pés de morros. Construção de trilhas para ecoturismo e de pequenos ancoradouros para barcos serão autorizados. Também deixarão de ser ilegais pequenas casas de produtores já construídas, desde que não ultrapassem 5% do total da APP.

Outra solução que promete resolver a vida de muitos agricultores de culturas consolidadas do Sul do país é que poderá haver a combinação de árvores nativas com espécies frutíferas em morros, também considerados APPs. Essa era uma das principais demandas do Ministério da Agricultura.

Minc disse que alguns dos pontos acertados poderão ser estendidos à grande agricultura, mas defendeu tratamento diferenciado para os pequenos.

— Essa é a base para resolver o conjunto da agricultura, mas tem que ter tratamento diferenciado.

Tratamento diferenciado não significa que você não vai viabilizar toda a agricultura.

Banco criará fundo para administrar florestas – Valor Econômico – Agronegócios – 23/07/2009

O BNDES está formatando um Fundo de Investimento em Participações (FIP) para financiar a terceirização e administração de florestas nativas e áreas degradadas, informou o diretor de mercado de capitais do banco, Eduardo Rathfingerl. "O fundo é de private equity (participações acionárias no negócio) e tem um modelo de terceirização e administração de conservação florestal. Cada vez menos no mundo atual os proprietários de grandes áreas e produtos florestais detém a propriedade integral da mata", afirmou o executivo.

Rathfingerl adiantou ao Valor que o BNDES está fazendo uma concorrência para selecionar o gestor do fundo. Até agora, 16 empresas demonstraram interesse. O prazo final para a seleção termina amanhã. "Este número pode até crescer". A licitação para gerir o FIP ocorrerá nos próximos 30 dias. Terá mais chance quem propor percentuais maiores de terceirização de áreas degradadas.

O banco deve ter participação de 20% no FIP, que pode ser entre R$ 500 milhões a R$ 1 bilhão, média dos valores dos fundos que o banco participa, e fará parte do comitê de investimentos do FIP. "Esta é uma exigência nossa", afirmou.**(VSD)**

Territórios: Plano de Execução 2009 está disponível – Sítio Eletrônico do MDA - 24/07/2009

O Plano de Execução 2009 do Programa Territórios da Cidadania, criado em 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), está disponível para consulta no portal do Programa ou na página de cada um dos 120 territórios. O documento contém as ações que cada ministério planeja realizar neste ano nos territórios da cidadania do País.

Inicialmente, no lançamento do 2º ciclo do Territórios da Cidadania, o Governo Federal ofertou aos territórios R$ 23,5 bilhões, em 180 ações coordenadas de 22 órgãos. Após os Debates Territoriais, houve a inclusão de ações do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó e de outras ações dos órgãos que compõem o Programa.

Atualmente, o Plano de Execução 2009, que é o compromisso do Governo Federal com os 120 Territórios da Cidadania, compreende 203 ações. Alcançou um valor total de R$ 24,6 bilhões, distribuídos nas áreas de infraestrutura, organização sustentável da produção, saúde, saneamento e acesso à água, educação e cultura, apoio à gestão territorial e ações fundiárias.

Defasado, relatório aponta aumento de emissão no país – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 25/07/2009

Conta oficial da produção de carbono no Brasil ainda não exibirá queda recente

Governo corre para finalizar antes de conferência do clima um levantamento que revele como a redução do desmate diminuiu o CO2

O Brasil entrega neste ano à Convenção do Clima das Nações Unidas seu inventário de gases de efeito estufa, com quase uma década de defasagem e uma má notícia: as emissões por desmatamento da Amazônia a serem relatadas são as maiores da história -maiores, inclusive, que as atuais.
Apesar de o desmatamento ter caído 60% entre 2005 e 2008, o inventário se referirá às emissões de 2002 em relação às de 1994. Naquele período, as derrubadas na Amazônia tiveram um crescimento de 40%.

Como as emissões pela queima de combustíveis fósseis também cresceram entre 1995 e 2002, o novo inventário criará uma situação esdrúxula: mostrará um Brasil muito mais poluidor do que o do primeiro inventário, de 1994, mas também provavelmente mais poluidor do que o Brasil de hoje.
Por isso, o MMA (Ministério do Meio Ambiente) quer fechar em breve um conjunto de dados gerais de emissão do país. Segundo a secretária nacional de Mudanças Climáticas, Suzana Kahn Ribeiro, mesmo que eles não tenham a precisão do inventário "oficial", esses dados dariam uma ideia mais atual de quanto o Brasil emite.
O inventário é uma espécie de prestação de contas que os países precisam entregar de tempos em tempos à Convenção do Clima. Ele traz os dados oficiais de emissão por setor da economia em cada nação, e com base nesses dados são, em tese, elaboradas as políticas de controle de emissões.
O próximo inventário será apresentado na conferência do clima de Copenhague, em dezembro. O encontro deve produzir um acordo global para combater o efeito estufa que substitua e amplie o Protocolo de Kyoto (que expira em 2012).
"Vamos ficar mal na fita", disse à **Folha** Thelma Krug, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que coordena o capítulo de desmatamento do inventário.
De 1995 a 2002, o desmatamento médio anual na Amazônia -principal fonte de emissões do Brasil- foi de 19.109 km2 ao ano, contra 15.308 km2 ao ano entre 1988 e 1994. Isso representa uma emissão líquida anual de 535 milhões de toneladas de CO2. O dado mais favorável ao Brasil é o dos últimos quatro anos (2005 a 2008), quando a derrubada média anual foi de 14.113 km2.
Uma fonte ouvida pela **Folha** diz que o governo espera ver a cifra de 2009 ainda mais baixa: em torno de 9.000 km2.
Segundo Ribeiro, a defasagem é normal. "Os países têm um prazo longo mesmo pela convenção, nisso o Brasil está OK." O país, porém, está atrasado na produção de inventários até mesmo em relação a outras nações emergentes. O México está elaborando o seu quarto documento do gênero.
"O cenário ideal seria ter estimativas anuais de emissão e inventários completos bienais ou trienais", diz Tasso Azevedo, consultor do MMA.

Nova metodologia permitirá atualização anual, diz cientista – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 25/07/2009

Uma possível boa notícia sobre o novo inventário de emissões do Brasil talvez seja que o atraso é o preço da qualidade.
Segundo Thelma Krug, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a demora do inventário se deve, entre outras coisas, ao fato de que o país resolveu adotar a mesma metodologia recomendada pelo IPCC (o painel do clima das Nações Unidas, do qual ela é

uma das vice-presidentes) para os países industrializados.
O primeiro inventário nacional usava uma série de aproximações e suposições para dados que não existiam. Ninguém sabe ainda, por exemplo, qual é a taxa de emissão anual do cerrado, bioma que, acredita-se, emita o equivalente a metade do que emite a Amazônia.
O novo, diz Krug, já sai na frente porque partirá dos mapas de uso do solo elaborados pelo programa Probio, do Ministério do Meio Ambiente.
Isso permitirá dividir o país em milhares de células, cada uma com várias "camadas" de informação: o teor de carbono do solo, a vegetação original e o uso da terra. Este, por sua vez, será subdividido em seis categorias: floresta, agricultura, campo (inclui cerrado), área urbana, área alagada e outros.
Cada célula será inserida numa "matriz de conversão", que mostra cada categoria de uso da terra em 1994 e como ela variou em 2002. "Mesmo que uma célula seja fragmentada ao longo dos anos eu vou poder contar a história dela", diz Krug.
Depois de pronta a matriz, o Brasil poderá gerar inventários anuais de emissão, se quiser. "Outros países em desenvolvimento vão levar dez anos para implementar essa matriz", afirma a pesquisadora.

Sem desespero

De resto, afirma Krug, não deve haver "desespero de gerar inventários amiúde quando os problemas e as soluções não mudam tão amiúde".
O uso da terra, em 1994, em 2002 e em 2008, continua sendo responsável por cerca de 70% das emissões do Brasil. "A proporção pode variar, mas é pouco", diz. "Dizer que eu preciso de um inventário para tomar providências é desculpa. Ninguém precisa de inventário para saber que tem de reduzir o desmatamento." **(CA)**

Discurso surrado – O Globo – Opinião – 25/07/2009

O primeiro round sobre aquecimento global depois dos parcos avanços da reunião do Grupo dos 20 no início do mês, na Itália, também não deu motivo para comemorações. A Índia rejeitou proposta da secretária de Estado americana, Hillary Clinton, para aderir a um programa de redução de emissões poluentes no qual os dois países trabalhariam juntos para criar novas formas de produzir, consumir e conservar energia. Hillary ofereceu tecnologia para que o crescimento econômico indiano não fosse prejudicado, mas isso não foi suficiente.

O governo indiano manteve o discurso dos países emergentes, inclusive o Brasil, de que as nações desenvolvidas precisam fazer mais para reduzir emissões de carbono do que os países pobres, pois elas criaram o problema. O fato é que já passou da hora de discutir quem polui mais. Os emergentes, hoje também grandes poluidores, precisam aceitar metas globais — precisam, claro, de financiamentos e ajuda para reciclar suas economias.

Não faz sentido que os países emergentes se agarrem a posições ideológicas e políticas — como o surrado conflito NorteSul ou a ultrapassada militância terceiro-mundista — quando o que está em jogo é a possibilidade de vida na Terra para as futuras gerações.

Depois do último encontro do G-20, que aprovou uma declaração geral de que a temperatura não deve subir mais de dois graus em relação aos níveis pré-industriais, sobra pouco tempo para um consenso global sobre clima e comércio antes da grande reunião da ONU em dezembro, em Copenhague. Haverá duas oportunidades em setembro — uma nova reunião da ONU e um encontro do G-20.

Em Copenhague, será vital obter um acordo para substituir o Tratado de Kyoto e, principalmente, para combater de maneira eficaz a mais grave ameaça que paira sobre a Humanidade.

Se os grandes emissores de CO2, inclusive EUA, China, Índia e Brasil, não flexibilizarem as posições, a tentação de nações que aceitarem restrições será impor sanções às que não o fizerem, detonando uma guerra comercial deletéria. Será o pior dos mundos.

Não há tempo, na questão ambiental, para querelas políticas

Pagando a conta dos ricos - Eliane Oliveira e Patrícia Duarte – O Globo – Economia – 26/07/2009

Novas metas ambientais de EUA e Europa podem atingir US$ 73 bi de vendas do Brasil

BRASÍLIA Orecente compromisso dos países desenvolvidos — tendo à frente o presidente dos EUA, Barack Obama — de assumir metas mais ambiciosas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa deixou integrantes do governo e especialistas brasileiros em alerta. A avaliação é que o Brasil corre sério risco de pagar essa conta, por meio de sobretaxas, aumentos de subsídios e outros tipos de restrições. Seria uma forma de ressarcimento dos investimentos que serão realizados pelos fabricantes dos países industrializados, incluindo mudanças em suas matrizes energéticas e em seus métodos de produção. Ou seja: o Brasil vai enfrentar uma nova onda de barreiras protecionistas nos próximos anos.

Entre os produtos mais suscetíveis, por sua grande competitividade no mercado externo, estão calçados e couro, açúcar, fumo, etanol, suco de laranja, siderúrgicos, carnes e complexo soja. Só no ano passado, a receita com esses itens foi de US$ 72,8 bilhões, 36,94% da pauta total de exportações brasileiras em 2008.

Açúcar, calçados e etanol na mira

A expectativa é de que sejam impostas restrições às exportações brasileiras em áreas sensíveis para as nações ricas, com justificativas já tradicionais, como a criação de exigências técnicas e fitossanitárias, e mesmo ambientais.

O Japão, por exemplo, restringiria mais a cota de calçados importados do Brasil; a União Européia elevaria subsídios a seus produtores de açúcar refinado — distorcendo os preços internacionais e tirando competitividade do açúcar brasileiro — e os EUA subiriam sobretaxas à importação do etanol, alegando que a redução do desmatamento na Amazônia não foi satisfatória.

Além do Brasil — que já é um dos principais alvos de medidas protecionistas e detentor da matriz energética mais limpa do mundo — outros emergentes terão de compensar a alta de custos de produção das indústrias em nações desenvolvidas, para que seus governos se adaptem às novas metas.

— O desafio é como os negociadores brasileiros e de países em desenvolvimento vão se comportar no sentido de evitar armadilhas que encareçam a nossa produção de forma descabida — disse o embaixador do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevedo.

O prenúncio do que está por vir parte do país que finalmente concordou em se enquadrar na nova ordem mundial: os EUA. Circula no Senado americano o projeto que cria a Lei de Segurança e Energia Limpa. O texto prevê, entre outras coisas, aumento de tarifas de importação para países que não adotem compromissos de cortes de emissões de CO2. Isso mostra o risco de um efeito dominó.

— O Brasil é o país que tem a matriz energética mais limpa do mundo, mas pode ser alvo de abusos comerciais com motivos ambientais por ser uma das nações que acham não ter por que se comprometer com uma meta — disse Mário Marconini, diretor de Negociações Internacionais da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Há grande expectativa em relação ao novo pacto climático mundial a ser anunciado durante conferência em Copenhage, na Dinamarca, em dezembro.

As sinalizações já começaram. No início deste mês, na Itália, o G-8 (sete países mais ricos do mundo e Rússia) indicou estar disposto a limitar o aumento do aquecimento global a dois graus centígrados e cortar emissões de gases do efeito estufa em 80%.

— Podemos amanhã ser acusados de dumping ambiental — afirmou o vice-presidente da AEB, José Augusto de Castro.

Segundo o secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Welber Barral, o Brasil tem sido bastante ativo em várias convenções ambientais. Ele argumentou, contudo, que um dos princípios das convenções internacionais é o da responsabilidade histórica. Ou seja, países desenvolvidos, seguramente, tiveram contribuição decisiva para a situação ambiental no mundo hoje.

— Atrás de toda boa intenção, há uma nova barreira. Por isso, é necessário analisar com muito cuidado qualquer proposta que vincule um objetivo nobre, mas sobre o qual não há justificativa científica — disse Barral.

Posição brasileira não é consenso

A posição brasileira é de não se submeter a metas acordadas multilateralmente.

O governo diz que o Brasil está fazendo sua lição de casa e aliou-se a Índia e China, países que só agora estão intensificando seu processo de industrialização.

Mas essa posição pode ser flexibilizada.

Há pressões dentro do governo contrárias ao alinhamento com chineses e indianos. Além disso, o processo ainda está em curso e o Brasil pode apoiar países desenvolvidos em troca de vantagens políticas, econômicas e comerciais.

O cientista político e comentarista ambiental Sérgio Abranches destaca alguns setores mais expostos, como cimentos, siderúrgicos, carnes e petroquímicos, que têm forte participação nas emissões de carbono.

— O governo brasileiro está ficando com a posição mais atrasada nesta questão ambiental. Até a China tem atitudes mais pró-ativas. Bastaria acabar de vez com o desmatamento, que responde por 70% das emissões de carbono hoje feitas no país — disse.

A economista e sócia da consultoria Tendências, Amaryllis Romano, lembra que o Brasil já tem algumas vantagens competitivas quando se olha para desafios ambientais no comércio exterior. Um exemplo é a produção de madeira certificada e o biodiesel.

Em recente relatório assinado em conjunto pela OMC e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), os organismos multilaterais já deixam claro que a questão climática está entrando na pauta do comércio exterior, mesmo em tempos de crise internaciona

Preservar começa a dar retorno ao produtor – Sítio Eletrônico da CNA – 29/07/2009

Falta de retorno econômico não será mais desculpa para os agricultores de Joanópolis e Nazaré Paulista (SP) não investirem na preservação ambiental. A exemplo do que já vem ocorrendo nos municípios de Extrema (MG) e Rio Claro (RJ), foi lançado recentemente um programa estadual que propõe a remuneração do agricultor por serviços ambientais prestados, com foco na proteção e recuperação de mananciais.

A iniciativa de pagar o produtor que adota práticas conservacionistas na propriedade é do Programa Produtor de Água, parceria entre as Secretarias paulistas de Agricultura e do Meio Ambiente, a ONG The Nature Conservancy (TNC), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Banco Mundial e a Prefeitura de Extrema, entre outras instituições.

SERVIÇO AMBIENTAL - "A legislação pune quem não preserva o ambiente. O programa é inovador porque paga quem presta um serviço ambiental", diz o coordenador da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), José Luiz Fontes. O programa é piloto e dura três anos, mas deverá ser expandido para todo o Estado e ser permanente.

A princípio, contempla propriedades pertencentes às microbacias hidrográficas dos Ribeirões Cancã, em Joanópolis, e do Moinho, em Nazaré. A escolha deve-se ao fato de ambos os ribeirões abastecerem represas que ajudam a formar o Sistema Cantareira, que abastece a Grande São Paulo. "Uma propriedade rural pode ajudar no abastecimento de água de 1.800 residências", diz Fortes.

Segundo o engenheiro agrônomo Aurélio Padovezi, assistente de conservação da TNC, serão destinados R$ 395 mil para os contratos de pagamento nas duas microbacias, divididos em três frentes de preservação. Serão R$ 115 mil para práticas de conservação de solo; R$ 78 mil para restauração de áreas de preservação permanente (APPs) e R$ 202 mil para manutenção de florestas em pé. Por práticas de conservação do solo, o programa prevê o pagamento de R$ 75 por hectare/ano; em áreas de APP recuperadas e de florestas conservadas, a remuneração é de R$ 125 por hectare/ano em cada frente. Segundo Fortes, o total de recursos alocados para o programa é de R$ 3,9 milhões e os recursos vêm da cobrança pelo uso da água, direcionados pelo Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Comitês PCJ).

Segundo Padovezi, as duas microbacias reúnem 220 produtores - até agora, 12 já estão cadastrados. A área de pasto degradado soma 1.106 hectares; a área de APP a ser restaurada, 512 hectares e a área de floresta que necessita de manutenção é de 846 hectares.

INCENTIVO À RESTAURAÇÃO - "O pagamento por serviços ambientais é um instrumento para incentivar a restauração ambiental em larga escala, já que um dos gargalos é a falta de envolvimento dos proprietários rurais", diz Padovezi.

Os produtores interessados já se cadastraram nas respectivas Casas da Agricultura e, agora, os técnicos estão elaborando um "projeto ideal", que lista, com base na legislação ambiental, todas as práticas necessárias.

"O projeto ideal informa o que deve ser feito e quanto o produtor pode ganhar se seguir o projeto", explica o engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura de Nazaré Paulista, Henrique Bracale. Segundo Bracale, além de pertencer a uma das microbacias, o produtor deve ter 15% de APP preservada para participar do programa. "A proposta é trabalhar a melhoria da propriedade como um todo e deixar claro que tão importante quanto o retorno financeiro é a questão da água e a sustentabilidade da propriedade."

"A falta d'água ainda não é problema, mas há áreas degradadas que deveriam estar preservadas. É uma cadeia. A erosão em uma propriedade não afeta só aquela área, mas compromete a infiltração da água em uma área maior", diz o agrônomo da Casa da Agricultura de Joanópolis, Vinícius de Moraes Ferrari. A cada três meses, haverá reunião para selecionar 30 projetos. Em 6 de agosto, data da primeira reunião, serão escolhidos os

primeiros produtores. "Vão ser avaliadas justamente a intenção e a disponibilidade do produtor em fazer o que foi proposto no projeto ideal. A ideia não é só impor um projeto técnico", afirma Padovezi.

Conforme o andamento do programa, pode haver aumento nos pagamentos. "Como projeto-piloto, tem começo, meio e fim, mas ideia é torná-lo uma política pública", diz Padovezi. "O pagamento por serviços ambientais é uma tendência", afirma Bracale, de Nazaré Paulista.

* Autor(a): Fernanda Yoneya. Noticia publicada no Jornal Estado de São Paulo desta quarta-feira - 29/07/2009.

Meio Ambiente propõe ampliar discussão sobre Código Florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 30/07/2009

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente sugere às presidências da Câmara dos Deputados e do Senado ampliar a discussão pública sobre os projetos de lei que tratam das alterações no Código Florestal Brasileiro, de acordo com proposta publicada na última quarta-feira (29) no Diário Oficial da União.

Pelo projeto de lei que cria o novo Código Florestal Brasileiro, as áreas que deveriam ser de proteção dos ecossistemas, mas que já foram destruídas e destinadas à agricultura ou à pecuária, poderão continuar a ser exploradas, desde que não haja novas devastações.

Algumas propostas intensificaram as discussões. Entre elas, a crição do sistema de compensação ambiental em áreas degradadas da Amazônia, que permite o plantio de árvores exóticas (não nativas) em áreas já devasadas em propriedades rurais na Amazônia Legal – da qual fazem parte todos os estados da Região Norte, mais parte de Mato Grosso e do Maranhão.

* Autor: Christina Machado - da Agência Brasil.

Le Monde: Ecologistas e agricultores se enfrentam pelo desmatamento da Amazônia – Sítio Eletrônico CNA – 31/07/2009

Tradução: Lana Lim - Portal Ecodebate
Noticia original em francês: http://www.lemonde.fr

As riquezas da Amazônia são fontes de muita cobiça, em especial a dos agricultores. E o debate que opõe ecologistas e ruralistas em torno do desenvolvimento dessa região povoada por 23 milhões de habitantes mobiliza o fervor dos defensores de cada campo.

Recentemente, foram os ecologistas que obtiveram uma vitória, ao tomar o mundo agrícola de surpresa. Um relatório da ONG Greenpeace, sobre a criação descontrolada de gado na Amazônia, levou as três principais redes de supermercados a suspenderem suas compras de carne proveniente de áreas desmatadas ilegalmente. Os contratos de diversos abatedouros também foram suspensos, o Banco Mundial rescindiu contrato com o frigorífico Bertin e a justiça entrou com ações contra 21 fazendas. "É preciso conscientizar as pessoas, pois a Amazônia está ameaçada pelo eixo do mal que alia o gado – o Brasil é o principal exportador mundial de carne – , a exploração ilegal de madeira e o avanço da soja e da cana de açúcar",diz Paulo Adário, coordenador de campanha para o Greenpeace. Reportagem de Annie Gasnier, no Le Monde.

Um argumento que vai contra a maior defensora do agronegócio, a senadora do partido conservador Democratas (DEM), Kátia Abreu: "Não é crime produzir para exportar", se rebela aquela que preside também a Confederação Nacional da Agricultura, "pois nós não destruímos a vegetação, mas sim a substituímos por alimentos". Seu argumento choca: o agronegócio representa um terço do PIB e das exportações do país.

Essa rica fazendeira do Estado de Tocantins assumiu o papel de porta-voz dos agricultores que "muitas vezes não se expressam bem, são tímidos, rudes, simples". Assim que chega a Brasília, ela troca seu jeans por uma saia e sapatos envernizados e defende seus protegidos da tribuna do Senado. Ela também conta com o apoio da bancada ruralista, o grupo de deputados que apóiam a causa agrícola, com 150 dos 513 deputados.

"Kátia Abreu tem uma visão moderna do mundo agrícola, e o defende como uma tigresa", garante o agrônomo Dante Scolari, conselheiro para a comissão parlamentar da Agricultura. No Brasil, os lobistas miram os congressistas, apesar (ou por causa?) de sua reputação abominável de "corruptos".

Coletes à prova de bala e escolta

"Os ecologistas não devem ter o monopólio do debate", defende Kátia Abreu, que exigiu a demissão do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, depois de tê-lo ouvido chamar os grandes fazendeiros de "vigaristas". Ela diz: "Então para que interesses serve essa ONG estrangeira que só fala mal, em vez de também dizer ao mundo que o Brasil conservou 52% de sua vegetação original?"

Tratados com hostilidade por seus detratores, os militantes do Greenpeace percorrem a Amazônia por sua conta e risco. Com base em Manaus, Paulo Adário foi ameaçado de morte, e durante dois anos, esse homem de cinquenta e poucos anos grande e forte viveu com um colete à prova de balas, e uma escolta da polícia federal. Em 2005, a irmã missionária Dorothy Stang, defensora dos pequenos agricultores, foi assassinada por matadores de aluguel pagos por latifundiários.

Paulo Adário abandona a floresta para falar em encontros internacionais. "As autoridades brasileiras tremem diante de pressões internacionais", ele afirma, acreditando que o presidente Lula ainda não decidiu entre o desenvolvimento predatório e o desenvolvimento sustentável.

Enquanto eles o ouvem promover a solução brasileira dos biocombustíveis, os militantes do Greenpeace exigem que o Brasil prove que etanol de cana de açúcar não contribui para a destruição da Amazônia e do ambiente.

Esses dois adversários, entretanto, concordam quanto à solução que salvaria a majestosa floresta de novas destruições.

"A remuneração do serviço ambiental é a solução para todos nossos problemas", garante Kátia Abreu. "É preciso criar uma economia do meio ambiente onde o Estado criaria infraestruturas e créditos para uma exploração sustentável", completa Paulo Adário.

* Noticia reproduzida do Portal Ecodebate.

Com ajuda da crise, desmate cai 75% em junho, diz Imazon – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 31/07/2009

A Amazônia Legal perdeu 150 quilômetros quadrados de florestas em junho (pelo menos 19 campos de futebol por hora), segundo o boletim do SAD (Sistema de Alerta de Desmatamento), publicado hoje pela ONG Imazon. Foi uma melhora em relação a junho de 2008, quando a destruição foi 75% maior.
O recuo é um dado positivo, mas ainda existem problemas pontuais graves, diz Carlos Souza Jr., um dos responsáveis pelo relatório.
A degradação florestal está alta em alguns Estados. Na Amazônia Legal, 661 quilômetros quadrados de mata em pé foram alterados no mês de junho. Mas 84% só em Mato Grosso.
O Pará, campeão do desmatamento no período, abriga três municípios -da lista dos 36 mais críticos, segundo o governo- que têm problemas de desmatamento.
Em Novo Progresso, em junho, caíram 51,6 quilômetros quadrados de floresta. Os donos de terra em Altamira e Itaituba, respectivamente, cortaram 22,9 e 20,6 quilômetros quadrados de mata.
Para Souza Jr., a crise econômica global e as medidas de controle governamentais ajudam a explicar a redução geral na derrubada. Falta um mês para a série anual de desmatamento ser fechada.

LULA PROPÕE QUE UNASUL DEBATA CLIMA – Folha de São Paulo – Ciência – 31/07/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva propôs ontem a sua colega chilena Michelle Bachelet uma reunião da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) para discutir uma posição comum do bloco na conferência do clima de Copenhague, em dezembro. Segundo Lula, o encontro serviria para "não deixar prevalecerem os interesses dos países ricos". Um bloco de nações em desenvolvimento, o G77, cumpre hoje esse papel.

Governo vai licitar áreas de florestas da Amazônia – Catarina Alencastro - O Globo – O País – 31/07/2009

Expectativa é arrecadar R$ 430 milhões com a exploração sustentável de madeira e diminuir desmatamento

Catarina Alencastro

BRASÍLIA. O governo vai permitir a exploração comercial de 2,7 milhões de hectares em nove florestas nacionais (flonas) na Amazônia por meio de

concessões públicas. É o que prevê o Plano Anual de Outorga Florestal, que fará as licitações dessas áreas até o fim do governo Lula. O Serviço

Florestal Brasileiro, responsável pelas concessões, estima que 840 mil metros cúbicos de madeira poderão ser explorados nas nove flonas, o

equivalente a cerca de 38 mil caminhões de madeira. No negócio, o governo espera arrecadar cerca de R$ 430 milhões.

Até agora, apenas uma foi licitada, a Flona de Jamari, em Rondônia. Os contratos duram cerca de 40 anos e têm como objetivo aumentar a oferta de

madeira legal no país. Ao fazer isso, o governo pretende diminuir o desmatamento na região.

— Enquanto for mais simples e mais fácil entrar em uma área e derrubar árvores, e for muito difícil fazer a coisa certa, essa guerra está perdida —

disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Plano de exploração anual será obrigatório As empresas vencedoras das concessões só poderão explorar uma parte da floresta, definida a partir de um plano de manejo. A técnica de retirada das árvores terá de ser seletiva, na qual só é permitido cortar de cinco a seis árvores por hectare.

Nesse sistema, o lote de floresta consegue se regenerar e só voltará a ser explorado 40 anos depois. As concessionárias têm de apresentar um plano anual de exploração.

Segundo Minc, as medidas de repressão ao desmatamento têm conseguido diminuir o problema, mas, sem o aumento da oferta de madeira legal na Amazônia, a repressão é uma solução frágil.

— Para valorizar a floresta, tem que ter madeira legal, e as concessões são a solução — avaliou Antonio Carlos Hummel, diretor do Serviço Florestal Brasileiro.

As empresas vencedoras da concessão de Jamari, por exemplo, pagarão pela exploração da floresta R$ 3,1 milhões para tirar madeira durante 40 anos.

O governo estima que a demanda por serviços e a instalação de empresas associadas gerem para a região o triplo desse valor. Cerca de 30% dos recursos com a exploração serão destinados à fiscalização, monitoramento e controle das áreas licitadas. O restante vai para um fundo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, para ações de preservação de parques e investimentos nas comunidades locais.

O diretor do Serviço Florestal Brasileiro acredita que essa é a melhor solução para combater o desmatamento.

— Uma das poucas saídas para o desmatamento é valorizar a floresta — disse, lembrando que as concessões devem gerar 12 mil empregos diretos e indiretos.

Desmatamento na Amazônia ainda é intolerável, diz ministro – Sítio Eletrônico do MMA – 31/07/2009

Ao comentar os dados do instituto Imazon de queda de 74% do desmatamento na Floresta Amazônica, de agosto de 2008 a junho de 2009, em relacão ao mesmo período do ano anterior, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que o grande desafio agora é "pegar esse bom momento" e criar condições de desenvolvimento sustentável na região.

Na Amazônia como um todo, foram registrados 1.234 km2 de desmatamento, bem menos do que os 4.755 km2 detectados no período anterior. E segundo dados da ONG, nos 36 municípios da Amazônia que encabeçam a lista dos que mais desmatam, a queda acumulada, de agosto de 2008 a junho de 2009, foi até um pouco maior: 76%.

Mesmo assim, o ministro do Meio Ambiente se recusou a comemorar os dados positivos do Imazon. "Não temos ilusão, o desmatamento ainda está alto, isso é intolerável", disse Minc.

Em coletiva à imprensa, na Cidade do Rio de Janeiro, o ministro listou as ações do governo que, em sua opinião, foram responsáveis pela queda do desmatamento: um aumento pesado da fiscalização na Amazônia, que foi triplicada; o corte do crédito para os desmatadores, segundo resolução do Banco Central; o leilão do boi pirata; e o aumento das barreiras policiais nos principais entroncamentos de estradas da região.

Ele ponderou que provavelmente, nos últimos dois meses, começou a haver também o reflexo da crise financeira e econômica mundial, mas que esse fator não foi preponderante para a queda detectada no período analisado.

Minc elogiou a situação encontrada no Mato Grosso, em que houve uma queda expressiva do desmatamento de 82%. No entanto, para ele, o estado mais problemático continua a ser o Pará. "O Pará é o problema mais grave", disse.

Embora tenha sido detectada uma queda do desmatamento de 70% no Pará, o ministro acha que essa redução foi menor do que a registrada, já que havia muitas nuvens sobre o estado, em especial na área cortada pela Transamazônica, dificultando-se assim a medição precisa feita por satélite. O mesmo não ocorreu no Mato Grosso, que estava com o céu praticamente livre de nuvens.

O Pará, segundo o ministro, concentra a maior parte das cerca de 70 milhões de cabeças de gado da Amazônia e 90% de suas terras não têm regularização fundiária. Por isso, o governo federal vem concentrando suas ações de regularização fundiária no estado e reforçando medidas repressivas contra o gado ilegal, o chamado boi pirata.

O ministro apontou um dado significativo detectado pelo Imazon no Pará: municípios como São Félix do Xingu tiveram reduções expressivas no desmatamento (média de 73%). Foi nessa região que foi realizado o primeiro leilão do boi pirata, no ano passado, o que segundo Minc demonstra o acerto da política do Ministério do Meio Ambiente de combate ao gado ilegal em áreas de unidades de conservação.

Minc ressaltou que o Fundo Amazônia, que já conta com US$ 110 milhões doados pelo governo da Noruega, será usado para a promoção de empreendimentos sustentáveis no Pará e em toda a Amazônia. Para ele, mais do que as ações de repressão, é fundamental, para a preservação, incentivar as cerca de 25 milhões pessoas que habitam a região a manter a floresta em pé.

Governo libera áreas em florestas públicas para exploração privada – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 31/07/2009

Carlos Minc: "A floresta em pé tem que valer mais do que a derrubada"

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou ontem um pacote de concessão de 2,7 milhões de hectares em áreas de florestas públicas na Amazônia para a exploração pelo setor privado até 2010. Mesmo tendo concluído somente a licitação de 96 mil hectares da Floresta Nacional do Jamari (RO), o governo calcula ser possível elevar a oferta anual de madeira legal dos atuais 75 mil para 840 mil metros cúbicos em seis novas áreas até o fim do próximo ano.

Minc também busca dar uma resposta política aos apelos do setor madeireiro pela aprovação de novos planos de manejo que garantam a manutenção da atividade empresarial. O manejo permite a exploração anual, planejada e seletiva de 20% da área

concedida. Em geral, são cortadas cinco ou seis árvores das 500 normalmente encontradas em cada hectare de floresta na Amazônia. As concessões, que serão fiscalizadas pelo Ibama e auditadas, terão prazo de 40 anos. Hoje, há 211 milhões de hectares de florestas públicas.

O novo pacote do governo deve elevar a oferta anual em cerca de 38 mil caminhões de madeira nos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia. "A floresta em pé tem que valer mais do que a derrubada", disse Minc. "Hoje, a repressão é precária, temporária, custosa e gera impactos sociais. Vamos criar a base para uma nova economia na Amazônia". O pacote de concessões deve permitir, segundo ele, a geração de 12 mil empregos no setor madeireiro com uma arrecadação estimada de R$ 430 milhões ao longo da cadeia produtiva.

Em ano eleitoral, a repressão à exploração ilegal de madeira, até aqui parcialmente responsável pela redução do desmatamento na Amazônia, ficará mais difícil em razão dos acordo políticos e as reações no Congresso. Sem planos de manejo para essas áreas, cresce o estímulo à derrubada da Amazônia e à grilagem de terras para a exploração ilegal, como ocorre em áreas na área de influência das BRs 163 (Cuiabá-Santarém) e 319 (Manaus-Porto Velho).

Além da única área já concedida em Rondônia, está em curso a licitação de 140 mil hectares e 100 mil m3 anuais da Floresta Nacional Saracá-Taquera (PA), suspensa após pedido de impugnação do edital. O governo prevê conceder 1,5 milhão de hectares nas florestas de Trairão, Altamira e Jamanxim (PA); 860 mil hectares de Amana e Crepori (área da BR-163); e outros 369 mil hectares de Macauã, São Francisco (AC) e Jacundá (RO). O Instituto Chico Mendes também aprovou ontem novos planos de manejo para 256 mil hectares da floresta de Purus e de 311 mil hectares de Mapiá-Inauini (AM).

O ministro diz que a concessão, criticada por parlamentares ruralistas da bancada da Amazônia como "privatização da floresta", é uma solução para eliminar a derrubada ilegal quando conjugada com regularização fundiária, crédito para assistência técnica e preços de garantia ao extrativismo na Amazônia. "Enquanto for mais fácil derrubar e for difícil fazer a coisa certa, esta guerra está perdida. Sabemos que não vamos resolver um problema econômico com medidas policiais", afirmou. As concessões para exploração comercial contribuem, segundo ele, para a redução da devastação das florestas por serem alternativas econômicas ao desmatamento ilegal.

As florestas nacionais têm que ser incluídas no Plano de Outorga Florestal 2010 para obter a condição de concessão. O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) informa que o aumento da fiscalização na Amazônia provocou uma redução da quantidade de madeira oferecida ilegalmente por madeireiras clandestinas. "A exigência do mercado é que a madeira seja legal e rastreada", afirmou o diretor-geral do SFB, Antonio Carlos Hummel. O mercado internacional, segundo ele, passará a exigir a elevação da oferta de madeira legal para suprir sua demanda. "Por isso, a Lei de Gestão de Florestas Públicas, aprovada em 2006, foi um marco. Os ativos florestais também se valorizaram por causa das discussões sobre mudanças climáticas", afirmou.

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL